



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS

FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2019 e o Relatório dos Auditores Independentes

FUNDAÇÃO SÃO FRANCISCO XAVIER

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 e o relatório dos auditores independentes

CONTEÚDO

Relatório da administração	03
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	07
Balancos Patrimoniais	10
Demonstrações de Resultados	12
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	13
Demonstrações do resultado abrangente	14
Demonstrações dos fluxos de caixa (direto)	15
Demonstrações do valor adicionado	16
Notas explicativas às demonstrações financeiras	17

Relatório da administração

Senhores Membros do Conselho Curador e da Comunidade,

Em atendimento aos dispositivos legais e estatutários, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, comparando-as com as do exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

O ano de 2019 manteve-se com muitos desafios no país e no cenário da saúde. A crise político-econômica teve início em meados de 2014, gerando recessão econômica e recuo no Produto Interno Bruto por dois anos consecutivos. A economia contraiu-se cerca de 3,5% em 2015 e 3,3% em 2016, voltando a se recuperar de forma tímida nos anos de 2017, 2018 e 2019 com crescimento na casa dos 1,1% anuais. Em decorrência disso houve redução de recursos públicos com conseqüente inadimplência das esferas Públicas (Federal, Estadual - MG e Municipal – Ipatinga), crescimento dos custos no mercado de saúde bem superior aos índices de inflação oficiais divulgados e o não reajuste das tabelas do SUS. Isso fez com que o ano de 2019 fosse um ano de restrição orçamentária para todas as Instituições Filantrópicas que cuidam da saúde pública no Estado de Minas Gerais. Com a FSFX não foi diferente.

É fato, entretanto, que mesmo diante de um cenário extremamente difícil e desafiador, a FSFX logrou avançar, obtendo conquistas importantes, graças a uma gestão pautada em planejamento, sustentabilidade, metas e objetivos claros direcionados para a busca de eficiência e equilíbrio dos resultados operacionais e ao alto padrão de qualidade nos serviços prestados.

Seguindo o propósito de sustentabilidade, a FSFX fortaleceu projetos importantes para otimização de despesas e revisão de processos a partir da metodologia Lean Six Sigma. Além disso, reeditou o Programa “Otimizar para Sustentar”; uma fórmula de sucesso que tem por objetivo estimular referências de seu time técnico a encontrar maneiras criativas e inéditas de minimizar custos e maximizar receitas, preservando a qualidade dos serviços. No ano de 2019 foram R\$ 16.100 economizados com o Programa.

Ainda em prol de sua sustentabilidade, a FSFX, no último ano, buscou fortalecer suas relações com os Entes Públicos e se posicionar no cenário da saúde pública. Sempre respeitando as diretrizes de compliance, integridade e os princípios éticos, sua equipe técnica manteve uma agenda intensa com as Autoridades em prol da captação de novos recursos e do recebimento das dívidas acumuladas.

Buscando potencializar sua trilha de inovação a FSFX implantou uma Superintendência exclusivamente dedicada a esta pauta. A Superintendência de Inovação tem por objetivo elevar a FSFX a um patamar de destaque neste mercado, aplicando a robótica e as tecnologias de ponta em ideias e iniciativas inovadoras que garantam cada vez mais confiabilidade e segurança nos processos, além de conforto e agilidade.

Destaque também para a criação da Superintendência Comercial, exclusivamente dedicada à captação de novos clientes e utilização total das capacidades instaladas das Unidades Produtivas.

No que se refere à capacidade financeira e investimentos, a FSFX sempre muito consciente do seu papel social na região do Vale do Aço, luta continuamente para gerar resultado e manter um caixa consistente, garantindo investimentos, avanços e o fortalecimento da Instituição, que tem se revelado cada vez mais relevante no cenário regional e estadual.

Reforçando este compromisso, a FSFX investiu, com recurso próprio, em 2019, cerca de R\$39.400 em melhorias, sendo 37% deste valor em substituição e aquisição de equipamentos, como forma de garantir aos

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2019 e o Relatório dos Auditores Independentes

clientes o acesso às mais avançadas tecnologias do mercado de saúde, 27% em reformas estruturais e obras e 16% em sistemas de tecnologia da informação, sempre com foco na inovação e no conforto do cliente.

No quesito **Promoção e Prevenção da Saúde**, a FSFX por meio do seu plano de saúde Usisaúde, tem se destacado no cenário nacional por seu pioneirismo em priorizar e dar ênfase à saúde do paciente, não ao adocimento. Foram R\$10.200 investidos em projetos focados em promover, garantir, incentivar e cuidar da saúde do usuário e de sua família de forma integral, prevenindo o adocimento e evitando altos custos assistenciais.

Dentre os investimentos, destaque para a reforma e ampliação do Centro Obstétrico, que teve como premissa potencializar e reforçar a humanização, o conforto e o menor risco à gestante e aos bebês. Vale ressaltar também a reforma do 5º andar de internação, em cumprimento a mais uma etapa da proposta de reforma estrutural de todos os apartamentos e enfermarias do HMC I.

Outro marco do Plano Diretor de Obras de 2019, a expansão e a reforma do laboratório de patologia clínica, que contou com a incorporação de melhores tecnologias, além de garantir mais espaço, conforto e segurança para os empregados e usuários, elevou o laboratório a outro patamar de capacidade produtiva e potencial de geração de receita.

Insistindo na busca de novos clientes, novos mercados, crescimento da receita e melhoria da qualidade nos serviços prestados outras diversas reformas e obras foram concluídas no decorrer do ano: consultório odontológico do HMC I, reservatório de água da Hemodiálise, área administrativa da Operadora de Planos de Saúde e Centro de Serviços Compartilhados, Centro de Treinamento Prático do VITA, rotatória do estacionamento do HMC II e Farmácia HMC I.

Com relação aos investimentos financeiros da FSFX, a Instituição mantém um caixa sólido, com disponibilidade total de R\$ 321.673, sendo R\$ 137.679 de liquidez imediata, R\$ 113.172 com liquidez de curto prazo, R\$ 14.185 com liquidez de longo prazo e recursos provisionados e aplicados em fundos da ANS e verbas públicas na ordem de R\$ 56.637. As aplicações financeiras renderam para a FSFX, em 2019, o montante de R\$19.789, sendo que 2% dos valores investidos foram direcionados a investimentos agressivos, 12% em investimentos arrojados, 42% em investimentos de risco moderado e 49% em investimentos conservadores. Para o ano de 2020, a Instituição, buscando minimizar o risco das carteiras e intensificar a segurança e as boas práticas de governança definiu uma Política Financeira que determina os seguintes parâmetros para investimento: 0% em investimentos agressivos; 10% (no máximo) em investimentos arrojados; 45% (no máximo) em investimentos de risco moderado; 45% (no máximo) em investimentos conservadores, minimizando o risco das carteiras, além disso, a Fundação possui intenção e capacidade financeira para manter seus investimentos até a data do vencimento, como já acordado com as instituições financeiras.

Os direcionadores do Planejamento Estratégico e Financeiro e os programas corporativos foram fundamentais para implantação e conclusão de projetos. Abaixo, destacamos os mais relevantes:

O **Hospital Márcio Cunha** manteve o foco em garantir a qualidade dos serviços prestados, com contínua ampliação dos atendimentos. Para tal foram ofertadas mais vagas para atendimentos da área de Diagnóstico por Imagem, com alguns serviços funcionando 24 horas por dia e reforma da Medicina Laboratorial com ampliação da capacidade. Houve também projetos para avaliação das lucratividades dos procedimentos ambulatoriais e cirúrgicos de forma a maximizar os controles gerenciais e obter melhores resultados, tendo como foco o controle de custos e busca por novas receitas.

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2019 e o Relatório dos Auditores Independentes

Destaque também para o Início de um novo projeto do PRONON no último trimestre do ano, com objetivo de facilitar o acesso do cliente com alta suspeita oncológica aos exames de rastreamento no menor tempo possível, fortalecendo o papel social da FSFX junto à comunidade.

No relacionamento com o Poder Público, a FSFX manteve atuação constante junto aos governos para manutenção e recebimento dos recursos públicos.

O ano de 2019 também foi um período de grandes conquistas para a **unidade de Oncologia**, notadamente com a publicação da deliberação CIB/SUS-2846, onde formalizou-se a ampliação da abrangência ao paciente Oncológico à Macro Região Nordeste do Estado e centralização dos atendimentos da Região Leste em Ipatinga, medida esta que provocou um crescimento de produção médio de 18% dos serviços ofertados pela unidade. Ainda na Oncologia, tivemos também a implantação do ambulatório de cateter, com resultados expressivos na redução do tempo de espera de pacientes que anteriormente concorriam com vagas no bloco cirúrgico para realização do implante, o que refletiu no aumento de 41% das implantações de novos cateteres, melhora técnica na identificação de complicações e melhora nos registros. Como ação estratégica para melhoria nos resultados, a Oncologia implantou neste ano projeto para reavaliação das prescrições do SUS por área técnica específica, conforme protocolo clínico, fase da doença que o paciente se encontra e regimento do Sistema Único de Saúde, com objetivo de garantir remuneração adequada ao serviço prestado.

No ano de 2019 o **Hospital de Cubatão** conseguiu ampliar seus convênios com importantes parceiros, como a Unimed, garantindo crescimento de receita de convênios, porém ainda aquém do previsto inicialmente. Desta forma foram necessárias várias ações de reduções e controles de custeio de forma a minimizar o déficit operacional. Além destas ações, várias rodadas de reuniões foram feitas junto ao Poder Público com objetivo de revisão do contrato vigente (dez/17 à nov/22), considerando que o hospital atualmente trabalha com ocupação acima de 90% para o SUS. Em função do déficit operacional foi necessário a realização de Teste de Recuperabilidade de Ativos, tendo como base os resultados auferidos em 2019, mais a projeção para os anos de 2020-2022, amparados nos fatos disponíveis e acordados entre as partes.

Neste sentido, foram identificadas expectativas de déficits nos fluxos de caixa futuros para os anos de 2021 e 2022, considerando-se que haverá queda dos Incentivos Governamentais (IAC) pagos atualmente no montante de R\$ 24 MM /ano e que passarão a ser de R\$ 12MM/ano nestes dois períodos.

Desta forma, considerando-se os fatos utilizados no presente trabalho, bem como as revisões das informações disponíveis, concluímos que há necessidade de realizar o ajuste de “impairment” no Hospital de Cubatão – HC em 2019 no montante de R\$ 9,8 MM.

As negociações junto ao Município tem sido contínuas, de forma a reverter as expectativas futuras, garantindo a continuidade do negócio.

Importante ressaltar também a conquista da certificação ONA 1, fruto do esforço, da padronização dos processos e da gestão eficiente do hospital.

Na **Usisaúde** em 2019, o grande desafio foi o controle dos custos assistenciais, que exigiram um fortalecimento da gestão da sinistralidade, com foco na regulação e renegociação com a rede médico hospitalar, onde começamos a repensar alternativas para novos modelos de remuneração. Apesar da crise e da retração no mercado de saúde suplementar, encerramos o ano atingindo o patamar de 166 mil beneficiários; um crescimento de 11,6 mil em comparação com o fechamento do ano de 2018.

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2019 e o Relatório dos Auditores Independentes

No **Centro de Odontologia Integrada**, já iniciamos a ampliação dos atendimentos dos 10 novos consultórios implantados na sede COI, no bairro Horto, totalizando 132 mil atendimentos cobertos em 2019, um crescimento de 20% em relação ao ano anterior. Em relação aos atendimentos não cobertos, o destaque vai para os novos procedimentos que foram iniciados na clínica de estética, com serviços de preenchimento e harmonização facial.

A unidade **VITA - Soluções em Saúde Ocupacional** teve em 2019 uma importante ampliação do número de vidas atendidas no mercado (159.595 vidas) com um aumento de 27,5% em relação ao ano anterior. Entre os principais contratos iniciados está a parceria com a Gerdau em Ouro Branco, que trouxe incremento de 9.879 vidas, e com a CMOC Brasil - China Molybdenum 5.690 vidas. Houve na VITA também fortalecimento do papel do gestor do contrato, com participação da equipe Lean Six Sigma, que fez uma importante revisão nos processos com foco no controle do escopo planejado *versus* real e consequente melhoria nos resultados.

Os resultados obtidos são dignos de uma instituição que trabalha com foco na excelência. Importantes certificações foram mantidas, tais como a ISO 9001:2015 no Centro de Odontologia Integrada, no VITA e na Operadora de Planos de Saúde – Usisaúde, que também foi recertificada em Nível 1 (grau máximo) na RN 277 pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Também foram mantidas a DIAS (Det Norske Veritas International Accreditation Standard) e a Certificação em Nível de Excelência (Nível 3) pela ONA (Organização Nacional de Acreditação) do Hospital Márcio Cunha – HMC. Em 2019, vencemos o desafio de certificar o Hospital de Cubatão no nível 1 ONA.

A FSFX manteve também seus esforços para continuar evoluindo nos seus resultados através da busca constante de novas parcerias e mercados, na captação de recursos públicos para suas atividades sociais, na otimização de processos e custos, na busca por inovação e no fomento da cultura de eficiência operacional.

Em 2020, iniciaremos o novo Planejamento Estratégico da FSFX – ciclo 2020 a 2024 – para o qual estão projetadas ações e iniciativas que visam cumprir os objetivos estratégicos e fortalecer a sustentabilidade da instituição. As iniciativas visam cumprir os objetivos por meio da continuidade do processo de expansão dos serviços e mercados, da inovação nos processos, da melhoria do nível de satisfação dos colaboradores e clientes, da incorporação de novas tecnologias, de investimentos em qualificação profissional e infraestrutura, da busca constante da melhoria na eficiência operacional, das otimizações de custos e despesas, da preservação dos recursos e patrimônio para enfrentar qualquer eventual contingência e permitir reinvestimentos nas atividades sociais.

A FSFX segue firme honrando os compromissos assumidos com as comunidades abrangidas pelos seus trabalhos e exercício pleno da responsabilidade social, marcas indelévels da sua instituidora, USIMINAS.

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Salomão Maciel Dias Ferreira

Diretor Presidente

Romolo Gonçalves de Paula

Diretor Financeiro



KPMG Auditores Independentes
Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários
30130-141 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Caixa Postal 3310 - CEP 30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Telefone +55 (31) 2128-5700
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos diretores da Fundação São Francisco Xavier

Ipatinga – MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Fundação São Francisco Xavier (Fundação), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação São Francisco Xavier em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Fundação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaborada sob a responsabilidade da administração da Fundação, cuja apresentação não é requerida às entidades fechadas, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Fundação. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada as demais demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes do exercício anterior

O exame do balanço patrimonial em 01 de janeiro de 2018 (derivado das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017) e das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, preparadas originalmente antes dos ajustes apresentados na nota explicativa 2.g, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria sem modificações, datado em 09 de março de 2018 e 22 de fevereiro de 2019, respectivamente. Conforme mencionado na nota explicativa 2.g, esses valores correspondentes foram alterados em relação àquelas demonstrações financeiras anteriormente divulgadas, pelas razões mencionadas na referida nota explicativa. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre os referidos ajustes e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguuração sobre elas tomados em conjunto.

Ênfase – Reapresentação dos valores correspondentes

Chamamos a atenção para a nota explicativa 2.g às demonstrações financeiras, que indica que os valores correspondentes relativos ao balanço patrimonial em 01 de janeiro de 2018 (derivado das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017) e às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram reapresentados. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Fundação é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Fundação de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Fundação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Fundação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser fraudes ou erros e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de

- burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Fundação.
 - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
 - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Fundação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Fundação a não mais se manterem em continuidade operacional.
 - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
 - Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 29 de abril de 2020.

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-MG


Anderson Luiz de Menezes
Contador CRC MG-070240/O-3

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2019 e o Relatório dos Auditores Independentes

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018

<i>Em milhares de Reais</i>	NE	31/12/2019	31/12/2018 Reapresentado	01/01/2018 Reapresentado
ATIVO CIRCULANTE		393.336	406.812	377.380
Disponível	4	93.846	69.958	57.876
Realizável		334.084	336.854	319.504
Aplicações financeiras	4	178.994	211.096	202.383
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas		56.637	53.534	50.331
Aplicações Livres		122.357	157.562	152.052
Crédito de Operações com planos de Assistência a Saúde	5	35.000	29.053	27.198
Contraprestação Pecuniária a Receber		29.192	22.517	18.933
Participação dos Beneficiários em Eventos Indenizados		5.667	6.440	8.264
Outros Créditos de Operação c/ Planos de Assist. à Saúde		141	96	1
Crédito de Oper. Assist. à Saúde Não Rel. c/ Planos de Saúde da Operadora	6	55.308	70.089	53.275
Créditos Tributários e Previdenciários		55	15	212
Bens e Títulos a Receber	7	30.038	26.554	36.391
Despesas Antecipadas		95	47	45
ATIVO NÃO CIRCULANTE		290.673	256.821	227.826
Realizável a Longo Prazo		65.072	27.931	22.709
Aplicações financeiras	4	48.833	13.034	6.653
Aplicações Livres		48.833	13.034	6.653
Depósitos Judiciais e Fiscais	8	16.058	14.879	14.576
Outros Créditos a Receber LP		181	18	1.480
Investimento		171	171	171
Outros Investimentos		171	171	171
Imobilizado	9	215.239	217.386	193.901
Imóveis de Uso Próprio		18.756	19.329	20.013
Imóveis - Hospitalares / Odontológicos		17.733	18.236	18.850
Imóveis - Não Hospitalares / Não Odontológicos		1.023	1.093	1.163
Imobilizado de Uso Próprio		67.842	54.796	52.114
Hospitalares / Odontológicos		60.341	48.974	48.130
Não Hospitalares / Não Odontológicos		7.501	5.822	3.984
Imobilização em Curso		29.394	46.616	27.027
Outras Imobilizações		99.247	96.644	94.747
Intangível	10	10.191	11.334	11.045
TOTAL DO ATIVO		684.009	663.633	605.206

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2019 e o Relatório dos Auditores Independentes

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018

<i>Em milhares de Reais</i>	NE	31/12/2019	31/12/2018 Reapresentado	01/01/2018 Reapresentado
PASSIVO CIRCULANTE		121.044	104.589	91.399
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	11	44.690	42.831	37.130
Provisão de Eventos a Liquidar para SUS		2.888	6.056	4.642
Prov. de Eventos a Liq. p/ Outros Prest. de Serviços Assist.		21.699	19.702	17.816
Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA)		20.103	17.073	14.672
Débitos de Operações de Assistência à Saúde		198	132	146
Contraprestações a Restituir		38	16	27
Receitas antecipadas de Contraprestações		159	114	119
Operadoras de planos de assistência à saúde		1	2	-
Débitos c/Oper. de Assist. à Saúde Não Relac. c/ Planos de Saúde da Operadora		21.613	19.807	10.309
Provisões para Ações Judiciais	14	-	14	-
Provisões para Ações Judiciais		-	14	-
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	12	5.717	5.451	5.268
Empréstimos e financiamentos a pagar		-	-	1.859
Débitos Diversos	13.1	48.826	36.354	36.687
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		33.151	24.102	29.406
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	11	5.067	-	-
Provisão de Eventos a Liquidar para SUS		5.067	-	-
Provisões	14	9.870	7.050	8.432
Provisões para Ações Judiciais		9.870	7.050	8.432
Débitos Diversos	13.2	18.214	17.052	20.974
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	15	529.814	534.942	484.401
Patrimônio social		474.089	479.217	433.730
Reserva estatutária		55.725	55.725	50.671
TOTAL DO PASSIVO		684.009	663.633	605.206

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2019 e o Relatório dos Auditores Independentes

Demonstrações dos resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

<i>Em milhares de Reais</i>	NE	31/12/2019	31/12/2018 Reapresentado
Contraprestações Efetivas de Planos de Assistência à Saúde	16	512.127	455.994
Receita com Operação de Assistência à Saúde		512.127	455.994
Contraprestações Líquidas		512.127	455.994
Eventos Indenizáveis Líquidos	17	(431.761)	(374.000)
Eventos Conhecidos ou Avisados		(428.732)	(371.599)
Varição da Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados		(3.029)	(2.401)
RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE		80.366	81.994
Outras Receitas Operacionais de planos de Assistência à Saúde	18	2.013	1.672
Receitas de Assistência à Saúde não Relacionadas com Planos de Saúde da Operadora	18	312.132	291.495
Receita com operações de Assistência Médico-Hospitalar		123.944	95.094
Receita com operações de Assistência Odontológica		3.565	3.858
Receita com operações de Assistência Médico-Hospitalar (SUS)		133.212	133.786
Receita com Adm. De Intercâmbio Eventual - Assist. Médico/Hospitalar		691	763
Outras Receitas Operacionais	18.1	50.720	57.994
Outras Despesas Operacionais com Planos de Assistência à Saúde		(12.473)	(13.869)
Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde		(678)	(640)
Programas de Promoção da Saúde e Prevenção de Riscos e Doenças		(10.221)	(5.632)
Provisão para Perdas Sobre Créditos	19	(1.574)	(7.597)
Outras Despesas Oper. de Assis. À Saúde Não Rel. com Planos de Saúde da Operadora	20	(367.635)	(295.251)
RESULTADO BRUTO		14.403	66.041
Despesas de Comercialização		(748)	(505)
Despesas Administrativas	21	(32.866)	(25.220)
Resultado Financeiro Líquido		14.292	10.795
Receitas Financeiras	22	19.789	13.391
Despesas Financeiras		(5.497)	(2.596)
Resultado Patrimonial		(208)	(570)
Receitas Patrimoniais		88	34
Despesas Patrimoniais		(297)	(604)
RESULTADO LÍQUIDO		(5.128)	50.541
SUPERÁVIT (DEFICIT) DO EXERCÍCIO		(5.128)	50.541

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2019 e o Relatório dos Auditores Independentes

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercício findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

<i>Em milhares de Reais</i>	PATRIMÔNIO SOCIAL	RESERVAS	SUPERÁVITS ACUMULADOS	TOTAL
Saldo em 01/01/2018 (Reapresentado)	433.730	50.671	-	484.401
Superávit do Exercício	-	-	50.541	50.541
Destinação do Superávit:	-	-	-	-
Reserva Estatutária	-	5.054	(5.054)	-
Patrimônio Social	45.487	-	(45.487)	-
Saldo em 31/12/2018 (Reapresentado)	479.217	55.725	-	534.942
Déficit do Exercício	-	-	(5.128)	(5.128)
Destinação do Superávit:	-	-	-	-
Reserva Estatutária	-	-	-	-
Patrimônio Social	(5.128)	-	5.128	-
Saldo em 31/12/2019	474.089	55.725	-	529.814

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2019 e o Relatório dos Auditores Independentes

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

<i>Em milhares de Reais</i>	31/12/2019	31/12/2018 (Reapresentado)
SUPERÁVIT (Déficit) DO EXERCÍCIO	<u>(5.128)</u>	<u>50.541</u>
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u>(5.128)</u>	<u>50.541</u>

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2019 e o Relatório dos Auditores Independentes

Demonstrações dos fluxos de caixa pelo método direto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

<i>Em milhares de Reais</i>		31/12/2019	31/12/2018 Reapresentado
Atividades operacionais			
(+) Recebimentos de Plano Saúde		525.697	473.938
(+) Resgate de Aplicações Financeiras		182.128	214.724
(+) Outros Recebimentos Operacionais		319.521	318.477
(-) Pagamento a Fornecedores/Prestadores de Serviço de Saúde		(485.655)	(424.431)
(-) Pagamento de Comissões		(696)	(442)
(-) Pagamento de Pessoal		(216.077)	(181.393)
(-) Pagamento de Serviços Terceiros		(48.215)	(55.681)
(-) Pagamento de Tributos		(15.238)	(13.829)
(-) Pagamento de Custas e Despesas processuais		(4.768)	(755)
(-) Pagamento de Aluguel		(3.191)	(3.592)
(-) Pagamentos de Promoção/Publicidade		(2.419)	(3.253)
(-) Aplicações Financeiras		(156.140)	(216.032)
(-) Outros Pagamentos Operacionais		(31.603)	(51.395)
Caixa líquido das atividades operacionais	27	63.074	56.336
Atividades de investimento			
(-) Pagamentos de Aquisição de Ativo Imobilizado - Hospitalar		(17.583)	(31.750)
(-) Pagamentos de Aquisição de Ativo Imobilizado - Outros		(15.860)	(7.193)
(-) Pagamento Relativo ao Ativo Intangível		(5.743)	(3.453)
Caixa líquido das atividades de investimento		(39.186)	(42.396)
Atividades de financiamento			
(-) Pagamentos de Juros - Empréstimos / Financiamentos / Leasing		-	(210)
(-) Pagamentos de Amortização - Empréstimos / Financiamentos / Leasing		-	(1.648)
Caixa líquido das atividades de financiamento		-	(1.858)
Varição de caixa e equivalente de caixa		23.888	12.082
Caixa Saldo Inicial		69.958	57.876
Caixa Saldo Final		93.846	69.958
Demonstração da variação das disponibilidades		23.888	12.082
Ativos Livres no Início do Período		69.958	57.876
Ativos Livres no Final do Período		93.846	69.958
Aumento/(Diminuição) nas Aplicações Financeiras – Recursos livres		23.888	12.082

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2019 e o Relatório dos Auditores Independentes

Demonstrações do valor adicionado dos exercícios Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

<i>Em milhares de Reais</i>	31/12/2019	31/12/2018 Reapresentado
Receitas	787.287	797.459
Prestação de Serviços Hospitalares	260.720	288.598
Cont. Efetivas / Prêmios Ganhos planos de Assist. Saúde	512.127	455.994
Outras Receitas	53.425	60.464
Provisão p/ Perdas s/ Créditos - Reversão/Constituição	(38.986)	(7.597)
(-) Insumos e Serviços Adquiridos de Terceiros	(553.200)	(543.943)
Materiais Consumidos	(62.758)	(103.827)
Serviços de Terceiros	(24.929)	(53.414)
Eventos Indenizáveis	(428.732)	(371.599)
Provisão de Eventos Ocorridos e não Avisados	(3.029)	(2.401)
Provisão Para Perda Por Redução ao Valor Recuperável de Ativos	(9.294)	-
Provisão Ajuste para itens obsoletos	(513)	-
Outros Custos	(23.945)	(12.702)
(=) Valor Adicionado Bruto	234.087	253.516
(-) Depreciações, Amortização	(29.684)	(21.713)
(=) Valor Adicionado Líquido Produzido pela Instituição	204.403	231.803
(+) Valor adicionado recebido em transferência	19.878	13.424
Receitas Financeiras	19.789	13.391
Outras Receitas não Operacionais	89	32
Total do Valor Adicionado a Distribuir	224.281	245.227
Distribuição do Valor Adicionado	224.281	245.227
Remuneração do Trabalho (Pessoal e Encargos)	220.178	188.188
Despesas Financeiras	5.497	2.596
Aluguéis Pagos	3.734	3.902
Superávit (Déficit) do Exercício	(5.128)	50.541

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Fundação São Francisco Xavier (FSFX) é entidade de direito privado, sem finalidade econômica e de duração indeterminada. A FSFX tem por objetivo o desenvolvimento de ações voltadas para o segmento de saúde, consistentes na prestação de serviços médico-hospitalares, podendo para tanto, criar, gerir e administrar unidades hospitalares, clínicas, centros de diagnósticos e congêneres, promover o ensino da prática médica por meio de programas de residência, atuar no desenvolvimento de tecnologias em saúde, bem como promover a gestão de aparelhos de saúde de terceiros, públicos ou privados.

Para a realização de seus objetivos sociais, a FSFX poderá manter intercâmbio com entidades de saúde e celebrar convênio, parcerias e contratos de gestão com entidades de direito público ou privado compatíveis com suas finalidades, exercer atividades relativas à operação de assistência a saúde, bem como as ações necessárias à prevenção da doença e à recuperação, manutenção e reabilitação da saúde, utilizando-se de rede própria, contratada ou credenciada. Poderá ainda desenvolver atividades relacionadas à segurança e medicina do trabalho visando à proteção da integridade física dos trabalhadores, à promoção da saúde e a prestar serviços técnicos e de assessoria na área de saúde.

A FSFX possui imunidade tributária garantida nos termos do artigo 14 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172/1966) e Certificado de Entidade Filantrópica estabelecido na Lei nº 12.101/2009; Decreto nº 7.300/2010; Decreto 8.242/2014; Portaria 1.970/2011 e IN RBF 1.234/2012 com suas posteriores alterações.

Em cumprimento ao artigo 14 da Lei nº 5.172/1966, a FSFX:

- I – não distribui qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título;
- II – aplica integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais;
- III - mantém escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão.

A FSFX também é regulada pela Lei nº 12.101/2009, que dispõe sobre certificação das entidades beneficentes de assistência social, no que tange aos procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social. Nos termos da citada Lei, o Certificado das Entidades Beneficentes de Assistência Social (CEBAS) e as isenções de contribuições para a seguridade social serão concedidas às pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, reconhecidas como entidades beneficentes de assistência social com a finalidade de prestação de serviços nas áreas de assistência social, saúde ou educação, e que atendam ao disposto nesta Lei. O CEBAS ou sua renovação será concedido à entidade beneficente que demonstre o cumprimento ao disposto nas exigências legais no exercício fiscal anterior ao requerimento, observado o período mínimo de 12 (doze) meses de constituição da entidade, devendo ficar atenta aos seguintes requisitos:

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2019 e o Relatório dos Auditores Independentes

- I. seja constituída como pessoa jurídica nos termos do caput, do artigo 1º, da Lei nº 12.101/2009, e
- II. preveja, em seus atos constitutivos, em caso de dissolução ou extinção, a destinação do eventual patrimônio remanescente a entidade sem fins lucrativos congêneres ou a entidades públicas.

Adicionalmente, nos termos do regulamento, para ser considerada beneficente e fazer jus à certificação, a FSFX terá que:

- I. celebrar contrato, convênio ou instrumento congêneres com o gestor do SUS;
- II. ofertar a prestação de seus serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento);
- III. comprovar, anualmente, da forma regulamentada pelo Ministério da Saúde, a prestação dos serviços de que trata o inciso II, com base nas internações e nos atendimentos ambulatoriais realizados.

A FSFX declara estar em conformidade com as normas, interpretações e comunicados técnicos do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), bem como do órgão regulador ANS.

2. Apresentação das demonstrações financeiras e base de preparação

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), que compreendem a legislação societária, as orientações, interpretações e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), quando referendadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

As demonstrações financeiras obedecem à classificação contábil prevista na RN 435/2018 e foram elaboradas de acordo com as especificações do Capítulo III - Modelo de Publicação, desta norma.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela FSFX na sua gestão.

A elaboração das demonstrações financeiras teve como objetivo essencial traduzir nas estruturas das Demonstrações financeiras, as principais e fundamentais características quantitativas e qualitativas, notadamente, a Relevância, a Materialidade, a Comparabilidade, a Tempestividade e a Compreensibilidade.

A FSFX apresenta também, na nota explicativa nº 28, a Demonstração do Resultado do Período, observando os critérios e procedimentos específicos de avaliação, de reconhecimento e de estruturação, contendo informações mínimas para fins de divulgação, conforme previsto na Resolução CFC nº 1.409/2012, que aprovou o ITG 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucros.

b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto pelos saldos de “aplicações financeiras”, “títulos e valores mobiliários”, “instrumentos financeiros derivativos”, mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria no dia 09 de abril de 2019, considerando os eventos subsequentes ocorridos até essa data.

c) Uso de estimativas e julgamento

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da FSFX e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

d) Julgamento

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa nº 11a - Provisões para eventos a liquidar para o SUS – Reconhecimento e mensuração de eventuais atendimentos de seus beneficiários no Sistema Único de Saúde.

Nota explicativa nº 11c - Provisões para eventos ocorridos e não avisados – Reconhecimento e mensuração de passivos relacionados aos custos assistenciais que ainda não foram informados pelos prestadores de serviços.

Nota explicativa nº 14 - Provisões para ações judiciais: Provisões para ações judiciais. Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: premissas-chave para determinar o valor e a probabilidade da saída de recursos.

Nota Explicativa nº 19 - Provisão para perda sobre créditos: Reconhecimento e mensuração da provisão ao valor recuperável do contas a receber de clientes.

Nota Explicativa nº 9(i) – Revisão da vida útil econômica de bens de ativos imobilizado.

Nota Explicativa nº 7f – Provisão para perdas de Estoques obsoletos. Reconhecimento e mensuração da provisão para determinar o valor real do estoque que será utilizado na operação.

Nota Explicativa nº 30 – Instrumentos Financeiros. Reconhecimento e Mensuração dos Ativos Financeiros.

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2019 e o Relatório dos Auditores Independentes

e) Moeda funcional e Moeda de apresentação

Apresentadas em moeda corrente nacional, denominada Real, os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

f) Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

A Resolução Normativa nº 435/2018 revogou a RN 290/2012, alterando o modelo de Plano de Contas Padrão para as operadoras de planos de assistência à saúde. As modificações relevantes que impactam de forma significativa as demonstrações financeiras da FSFX tiveram efeito em 2019.

g) Reapresentações das demonstrações financeiras

Em razão da identificação de erros e correções, os valores referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, apresentados com valores correspondentes nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, originalmente aprovadas em 20 de março de 2019, estão sendo reapresentadas em conformidade com o CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, e CPC 26 – Apresentação das demonstrações contábeis; para melhor refletir as operações da entidade.

Anteriormente, a administração considerava umas de suas filiais em apenas uma única linha do ativo e uma única do passivo. No entanto, a forma da apresentação não refletia adequada contabilização, por este motivo realocamos os valores de ativos e passivos bem com o seu resultado linha a linha de acordo com sua natureza, a fim de refletir a adequada contabilização de uma filial.

A tabela a seguir resume os impactos das demonstrações financeiras da Fundação:

01 de janeiro de 2018

<i>Em milhares de Reais</i>	01/01/2018 Anteriormente apresentado	Ajustes (não auditado)	01/01/2018 Reapresentado
ATIVO CIRCULANTE	383.671	(6.291)	377.380
Disponível	56.218	1.658	57.876
Aplicações financeiras	202.383	-	202.383
Bens e Títulos a Receber	44.340	(7.949)	36.391
Outros	80.730	-	80.730
ATIVO NÃO CIRCULANTE	224.203	3.623	227.826
Aplicações financeiras	6.653	-	6.653
Títulos e Créditos a Receber	-	-	1.480
Outros	14.576	-	14.576
Investimento	4.323	(4.152)	171
Imobilizado	180.928	12.973	193.901
Intangível	17.723	(6.678)	11.045
TOTAL DO ATIVO	607.874	(2.668)	605.206

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2019 e o Relatório dos Auditores Independentes

<i>Em milhares de Reais</i>	01/01/2018 Anteriormente apresentado	Ajustes (não auditado)	01/01/2018 Reapresentado
PASSIVO CIRCULANTE	96.525	(5.127)	91.399
Débitos c/Oper. de Assist. à Saúde Não Relac. c/ Planos de Saúde da Operadora	10.260	49	10.309
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	4.748	520	5.268
Débitos Diversos	42.383	(5.696)	36.687
Outros	39.135	-	39.135
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	26.947	2.459	29.406
Provisões	8.402	30	8.432
Débitos Diversos	18.545	2.429	20.974
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	484.401	-	484.401
TOTAL DO PASSIVO	607.874	(2.668)	605.206

Em 31 de dezembro de 2018

i. Ajustes no ATIVO e contas impactadas

<i>Em milhares de Reais</i>	Impactos da retificação de erro		
	31/12/2018 Anteriormente apresentado	Ajustes (não auditado)	31/12/2018 Reapresentado
ATIVO CIRCULANTE	410.458	(3.646)	406.812
Disponível	75.668	(5.710)	69.958
Aplicações Financeiras	204.861	6.235	211.096
Bens e Títulos a Receber	30.728	(4.174)	26.554
Outros	99.205	(1)	99.204
ATIVO NÃO CIRCULANTE	255.269	1.552	256.821
Aplicações financeiras	13.034	-	13.034
Outros	14.897	-	14.897
Investimento	4.323	(4.152)	171
Imobilizado	202.153	15.232	217.385
Intangível	20.862	(9.528)	11.334
TOTAL DO ATIVO	665.731	(2.098)	663.633

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2019 e o Relatório dos Auditores Independentes

ii. Ajustes no passivo e contas impactadas

<i>Em milhares de Reais</i>	Impactos da retificação de erro		
	31/12/2018 Anteriormente apresentado	Ajustes (não auditado)	31/12/2018 Reapresentado
PASSIVO CIRCULANTE	108.663	(4.073)	104.589
Débitos c/Oper. de Assist. à Saúde Não Relac. c/ Planos de Saúde da Operadora	19.244	563	19.807
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	5.118	333	5.451
Débitos Diversos	41.323	(4.969)	36.354
Outros	42.978	(1)	42.977
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	21.726	2.375	24.101
Provisão	7.050	-	7.050
Débitos Diversos	14.676	2.375	17.051
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	535.342	(400)	534.942
TOTAL DO PASSIVO	665.731	(2.099)	663.633

iii. Ajustes na Demonstração de Superávit do Exercício e contas impactadas

<i>Em milhares de Reais</i>	Impactos da retificação de erro		
	31/12/2018 Anteriormente apresentado	Ajustes (não auditado)	31/12/2018 Reapresentado
RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE	81.994	-	81.994
Receita com operações de Assistência Médico-Hospitalar	151.354	(56.260)	95.094
Outras Receitas Operacionais	26.526	31.468	57.994
Outras Despesas Oper. de Assis. À Saúde Não Rel. com Planos de Saúde da Operadora	(320.130)	24.879	(295.251)
Outras	126.209	1	126.210
RESULTADO BRUTO	65.953	88	66.041
Despesas Financeiras	(2.545)	(51)	(2.596)
Despesas Patrimoniais	(166)	(438)	(604)
Outras	(12.301)	1	(12.300)
RESULTADO LÍQUIDO	50.941	(400)	50.541
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO	50.941	(400)	50.541

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2019 e o Relatório dos Auditores Independentes

iv. Ajustes na Demonstração do Valor Adicionado e contas impactadas

<i>Em milhares de Reais</i>	Impactos da retificação de erro		
	31/12/2018 Anteriormente apresentado	Ajuste	31/12/2018 Reapresentado
Receitas	766.354	31.105	797.459
Prestação de Serviços Hospitalares	288.998	(400)	288.598
Outras Receitas	28.961	31.503	60.464
Provisão p/ Perdas s/ Créditos - Reversão/Constituição	(7.599)	2	(7.597)
Outros	455.994	-	455.994
(-) Insumos e Serviços Adquiridos de Terceiros	(523.152)	(20.791)	(543.943)
Materiais Consumidos	(99.841)	(3.986)	(103.827)
Serviços de Terceiros	(48.885)	(4.529)	(53.414)
Outros Custos	(426)	(12.276)	(12.702)
Outros	374.000	-	374.000
(=) Valor Adicionado Bruto	243.202	10.314	253.516
(-) Depreciações, Amortização	(21.447)	(266)	(21.713)
(=) Valor Adicionado Líquido Produzido pela Instituição	221.755	10.047	231.803
Outros	13.424	-	13.424
Total do Valor Adicionado a Distribuir	235.179	10.047	245.227
Distribuição do Valor Adicionado	235.179	10.049	245.227
Remuneração do Trabalho (Pessoal e Encargos)	177.972	10.216	188.188
Despesas Financeiras	2.545	51	2.596
Aluguéis Pagos	3.721	181	3.902
Superávit do Exercício	50.941	(400)	50.541

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2019 e o Relatório dos Auditores Independentes

v. Ajustes na Demonstração do Fluxo de Caixa (Direto) e contas impactadas

Em milhares de Reais	Impactos da retificação de erro		
	31/12/2018 Anteriormente apresentado	Ajustes (não auditado)	31/12/2018 Reapresentado
Atividades operacionais			
(+) Recebimento de Planos de Saúde	473.938	-	473.938
(+) Resgate de Aplicações Financeiras	179.494	35.230	214.724
(+) Outros Recebimentos Operacionais	287.995	30.482	318.477
(-) Pagamento a Fornecedores/Prestadores de Serviço de Saúde	(413.744)	(10.687)	(424.431)
(-) Pagamento de Comissões	(442)	-	(442)
(-) Pagamento de Pessoal	(168.833)	(12.560)	(181.393)
(-) Pagamento de Serviços Terceiros	(52.902)	(2.779)	(55.681)
(-) Pagamento de Tributos	(13.318)	(511)	(13.829)
(-) Pagamento de Custas e Despesas processuais	(746)	(9)	(755)
(-) Pagamento de Aluguel	(3.418)	(174)	(3.592)
(-) Pagamentos de Promoção/Publicidade	(3.249)	(4)	(3.253)
(-) Aplicações Financeiras	(174.612)	(41.420)	(216.032)
(-) Outros Pagamentos Operacionais	(46.526)	(4.869)	(51.395)
Caixa líquido das atividades operacionais	63.637	(7.301)	56.336

Os ajustes promovidos na Demonstração do Fluxo de Caixa não modificaram o caixa líquido das atividades operacionais e de financiamento, bem como não modificaram as variações apresentadas anteriormente.

3. Principais políticas contábeis

A FSFX aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até seis meses e com risco insignificante de mudança de valor e que visam a atender compromissos de curto prazo.

b) Aplicações financeiras

Incluem aplicações financeiras resgatáveis no prazo contratado e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado e com prazos de vencimentos superiores a três meses a contar da data da contratação registrada no curto prazo. As aplicações financeiras são apresentadas como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

As aplicações financeiras Garantidoras de Provisões Técnicas estão destinadas a cobrir os riscos assistenciais, caso estes se traduzam em despesas. Os recursos aplicados nesses ativos obedecem aos limites percentuais

pré-definidos pela ANS, bem como a aceitação, a diversificação e porte da Operadora, de acordo com a sua natureza e riscos inerentes.

c) Créditos de operações com planos de assistência à saúde

Os créditos de operações com planos de assistência à saúde são registrados e mantidos no balanço pelo valor nominal e deduzidos da provisão para perdas sobre créditos, que considera os títulos vencidos há mais de 60 dias da data do fechamento do exercício, para os clientes pessoa física, e 90 dias para os clientes pessoa jurídica, e todos os demais títulos em aberto dos clientes que se enquadram nos critérios citados, após análise individual efetuada pela Administração.

Os créditos de operações com planos de assistência à saúde têm sua contrapartida segregada da seguinte forma:

Preços preestabelecidos: Transitam pela conta de Provisão Para Contraprestações Não Ganhas (PPCNG), no passivo circulante e, posteriormente, para a conta de receita de contraprestações efetivas de operações de planos de assistência à saúde, de acordo com o período de cobertura.

Preços pós-estabelecidos: conta de receita de contraprestações efetivas de operações de planos de assistência à saúde.

Os valores eventualmente recebidos antes do período de cobertura estão registrados no passivo circulante, em conta específica de obrigações de contraprestações recebidas antecipadamente.

d) Imobilizado

(i) Reconhecimento inicial e mensuração

Os itens do ativo imobilizado são mensurados pelo custo de aquisição ou construção e estão demonstrados deduzidos da depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução do valor recuperável, se for o caso. O custo histórico inclui também os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e podem incluir os custos dos empréstimos com aquisição de ativos qualificáveis. Os custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela FSFX.

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Depreciação

A depreciação é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, sendo que os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada balanço, e ajustados se necessário.

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2019 e o Relatório dos Auditores Independentes

Em conformidade com o laudo emitido internamente, a taxa média de depreciação anual do ativo imobilizado corresponde a:

Edificações	7%
Máquinas e equipamentos	14%
Equipamentos de computação	27%
Móveis e utensílios	17%
Veículos	24%
Benfeitorias e propriedades de terceiros	8%

e) Ativos Intangíveis

(i) Reconhecimento inicial e mensuração

Os Ativos intangíveis que são adquiridos pela FSFX, e que tem vidas úteis finitas, são mensurados pelo custo de aquisição deduzido da amortização acumulada, e também de quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Tais custos podem ser mensurados com segurança e confiabilidade e resultam de direitos contratuais ou de outros direitos legais. A administração também julga como provável que os benefícios econômicos futuros, esperados e atribuíveis ao ativo, serão gerados em favor da FSFX.

A FSFX, na data reporte, avalia a probabilidade de geração de benefícios econômicos futuros dos ativos classificados como intangíveis, utilizando premissas razoáveis e comprováveis que representam a melhor estimativa da administração em relação ao conjunto de condições econômicas que existirão durante a vida útil do ativo.

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Quando os valores esperados não se realizam a FSFX constitui uma provisão pela parcela não realizada e revê anualmente a expectativa de rentabilidade futura. Caso se verifique que esse ativo não gerará benefício econômico futuro, caberá à administração a decisão pela baixa.

(ii) Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, sendo que os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada balanço, e ajustados se necessário. Em conformidade com o laudo emitido internamente, a taxa média anual de amortização do intangível corresponde a:

Outros ativos intangíveis	10%
Sistema de computação	17%
Desenvolvimento - IA	17%

f) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*Impairment*)

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive os ativos intangíveis, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis ou, ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso.

Para fins de avaliação, os ativos são agrupados em UGC's (Unidades Geradoras de Caixa), dessa forma, a perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor da UGC exceder o seu valor recuperável.

As demonstrações financeiras incluem também estimativas e premissas, revisadas de forma contínua pela Administração, considerando a mensuração de Provisões para Perdas Sobre Créditos (PPSC) adotando os critérios estabelecidos pela ANS na RN 435/2018, item 10.2.3 CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável, do Anexo Capítulo 1 - Normas Gerais; e as apresenta no resultado da seguinte forma:

- I. **Planos de saúde individuais com preço preestabelecido:** havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 60 (sessenta) dias, a totalidade do crédito desse contrato é provisionada.
- II. **Para todos os demais planos de saúde:** havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 90 (noventa) dias, a totalidade do crédito desse contrato é provisionada.
- III. **Para os créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da própria operadora:** havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 90 (noventa) dias, a totalidade do crédito desse contrato é provisionada, exceto relacionados ao SUS e Glosas de Convênios.
- IV. **Para os créditos de operações de assistência à saúde relacionados ao SUS:** aplica-se o percentual histórico (%hc) em relação aos créditos a receber apurados por meio de estudo técnico de recuperabilidade do SUS. O estudo considera o histórico real das perdas e os riscos de inadimplência em relação aos créditos a receber do SUS, dando suporte para constituição de provisão por um prazo diferente do previsto pela norma da ANS.
- V. **Para os créditos a receber relacionados aos recursos de Glosas de Convênios na prestação de serviços hospitalares:** a FSFX apresentou à ANS estudo técnico de recuperabilidade que considera o histórico real das perdas e riscos de inadimplência em relação a estes créditos, a fim de constituir provisão por um prazo diferente do previstos no item 10.2.3 da RN 435/2018.

g) Instrumentos Financeiros

(i) Ativos financeiros

A FSFX classifica os ativos financeiros não derivativos como empréstimos e recebíveis, ativos financeiros e ativos financeiros mantidos até o prazo de vencimento por meio do resultado e compreendem caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto e longo prazos, contas a receber e outros recebíveis.

Reconhecimento inicial e desreconhecimento

A FSFX reconhece os empréstimos e recebíveis na data em que foram originados. Todos os outros ativos são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Disponível

São classificados como equivalentes de caixa as aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor se, e somente se, existirem indicativos reais de que serão destinados a atender a compromissos de caixa de curto prazo. Usualmente, o fluxo de caixa da Empresa movimenta os recursos diários originados na própria operação, não sendo necessário efetuar resgate de aplicações financeiras, as quais acabam sendo mantidas e destinadas a outros propósitos, que não a liquidação de obrigações corriqueiras.

Mensuração subsequente

Os ativos financeiros são designados como valor justo por meio do resultado se a FSFX gerenciar esses investimentos e tomar decisões de compra e venda com base no seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de riscos. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e as alterações nele contidas são reconhecidas no resultado.

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. Esses ativos são mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva, menos as perdas por redução ao valor recuperável.

Investimentos mantidos até o vencimento são os que a FSFX possui a intenção e a capacidade de mantê-los até o vencimento. Os investimentos classificados nesta categoria são registrados pelo custo amortizado menos as perdas por redução ao valor recuperável, acrescidas dos juros obtidos, que influenciam o resultado do exercício.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Com exceção dos ativos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado, os ativos financeiros são avaliados para determinar a existência de evidência de perda na data de elaboração das demonstrações financeiras. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas apenas se houver evidência objetiva de que o valor tenha diminuído como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial, afetando os fluxos de caixa futuros estimados para esse ativo.

A perda estimada sobre créditos segue os critérios da ANS. Na FSFX, para os planos individuais com preço preestabelecido foram estimadas perdas para o saldo total dos contratos vencidos há mais de 60 dias. Para os demais contratos e créditos foi constituída perda estimada referente ao saldo total dos contratos vencidos há mais de 90 dias.

(ii) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial, desreconhecimento e mensuração

Os passivos financeiros são classificados no reconhecimento inicial como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado e outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos na data de negociação quando a entidade se torna parte da relação contratual do instrumento. Os passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e as alterações nele contidas, incluindo qualquer despesa de juros, são reconhecidas no resultado. Outros passivos financeiros são mensurados inicialmente pelo valor justo menos os custos de transação diretamente atribuíveis.

Após o reconhecimento inicial, esses passivos são mensurados ao custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os passivos financeiros da Empresa são classificados como contas a pagar e outras contas a pagar. A FSFX desreconhece um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são finalizadas, canceladas ou expiram.

h) Apuração do resultado

As receitas da Operadora são provenientes de uma transação geralmente acordada entre a entidade e o comprador ou usuário do ativo e é mensurado pelo valor justo da contraprestação recebida, deduzida de quaisquer descontos comerciais e/ou bonificações concedidos pela entidade ao comprador.

Demais receitas e despesas das operações são reconhecidas em conformidade com o regime contábil de competência.

Receita: As receitas são originárias, principalmente, das contraprestações provenientes das operações de planos de saúde na modalidade de preço preestabelecido e pós-estabelecido de prestação de serviços médico/hospitalar e odontológica.

O fato gerador da receita de contraprestação dos contratos com preço preestabelecido é o período de risco decorrido, ou seja, o período em que a operadora já prestou cobertura assistencial.

Nos contratos com preços pós-estabelecidos, a apropriação da receita é realizada na data em que se fazem presentes os fatos geradores da receita, de acordo com as disposições contratuais, ou seja, na data em que ocorre o efetivo direito ao valor a ser faturado.

Despesa: eventos são todas as despesas incorridas com o beneficiário do plano comercializado ou disponibilizado pela operadora, correspondentes à cobertura de riscos relativos a custos médicos, hospitalares e odontológicos, decorrentes do atendimento dos beneficiários.

Naqueles casos em que esse atendimento ocorrer sem o conhecimento da operadora, o reconhecimento da despesa se dá com a constituição da Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA). O cálculo dessa provisão é apurado conforme metodologia definida por atuário legalmente habilitado, em nota técnica atuarial de provisões (NTAP), devidamente aprovada pela DIOPE/ANS.

A contabilização da despesa pelo atendimento em rede própria da operadora ocorre de acordo com exemplo prático do manual contábil das operadoras, elucidado na Nota Explicativa nº 28.

i) Ajuste a valor presente

A FSFX não pratica transações significativas de vendas a prazo com valores pré-fixados. Assim, os saldos dos direitos e das obrigações estão mensurados, na data do balanço, por valores próximos aos respectivos valores presentes.

j) Subvenções e Assistências Governamentais

As subvenções e assistências governamentais são reconhecidos nas contas de resultado quando há razoável segurança de que foram cumpridas pela FSFX todas as condições estabelecidas pelo doador (Governo ou terceiro) em contrapartida aos repasses de recursos ou concessão de benefícios. Os valores são registrados como receita para confrontar com a despesa que a subvenção ou incentivo governamental teria incorrido ou que pretende compensar em conformidade com a Resolução CFC nº 1.305/2010, que aprova NBC TG 07(R1), que diz respeito à Subvenção e Assistência Governamentais.

As receitas decorrentes de doação, contribuição, convênio, parceria, auxílio e subvenção por meio de convênio, editais, contratos, termos de parceria e outros instrumentos, para aplicação específica, bem como suas respectivas despesas foram registradas em contas próprias, inclusive as patrimoniais, segregadas das demais contas da entidade.

k) Demonstração de Valor Adicionado

A FSFX elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras.

l) Outros ativos e passivos

Demonstrados pelo valor nominal acrescido, quando aplicável, dos encargos correspondentes e das variações monetárias incorridas. Os ativos e passivos são classificados como Circulante quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como Não Circulante.

m) Benefícios a Empregados

A FSFX patrocina um plano de previdência do tipo Contribuição Variável, onde o Participante estabelece a quantia que contribuirá até a data da aposentadoria para formar um montante que será convertido em

benefício; de forma semelhante a uma caderneta de poupança. Cabe ao Participante a responsabilidade de definir semestralmente o percentual mensal de contribuição e o perfil de investimento. Após o desligamento do empregado, a patrocinadora (FSFX) não efetua mais contribuições para aquele participante; conforme regulamento do Plano.

A FSFX Custeia **Planos de Saúde Médico e Odontológico**, garantindo recursos e rede de serviços de saúde (hospitais, clínicas, laboratórios e profissionais) para atender todos os seus funcionários.

Outro benefício é o programa de **Incentivo por Desempenho (IPD)** que pode ser entendido como um sistema de metas, cujo objetivo é reconhecer, estimular e retribuir o comportamento, o engajamento e o desempenho dos colaboradores e das equipes de trabalho; ou seja, é uma forma de estimular os colaboradores a buscarem um alto nível de desempenho baseado em metas e retribuições.

A instituição mantém a implantação de um **Plano de Carreira** com evoluções anuais e criação de novas carreiras a cada ano. O Plano disponibilizado pela FSFX apresenta o caminho que cada colaborador pode percorrer durante a sua trajetória na empresa. Dessa forma, a FSFX define treinamentos e desafios mais adequados para cada colaborador, pensando não só na função que ele desempenha agora, mas também no futuro.

n) Trabalhos Voluntários

De acordo com o item 19 do ITG2002, os trabalhos voluntários são mensurados ao seu valor justo considerando os montantes que a FSFX haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. Em 2019 a FSFX registrou o ingresso de trabalho voluntário e apropriou suas receitas e despesas relacionadas.

o) Estoques

Os estoques estão relacionados, principalmente, a materiais e medicamentos para serem utilizados junto aos beneficiários do atendimento médico e odontológico. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio, sendo avaliado com base no custo histórico para formação do valor consumido, acrescido também dos gastos com transporte e impostos incidentes.

A FSFX realiza procedimento anual para análise do custo, bem como realiza controle recorrente da validade dos medicamentos, excluindo-os e baixando-os do estoque quando necessário, conforme procedimento estabelecido internamente.

A FSFX realiza um estudo onde considera os itens que estão sem movimentação no estoque nos últimos seis meses (180 dias) depois de receberem tratativa para utilização ou descarte. Com base no histórico de perdas, identificado no estudo, a administração realiza avaliação para identificar a necessidade de provisão para perdas de estoques obsoletos e materiais específicos para o próximo exercício.

p) Provisões

Uma provisão é reconhecida quando: a) a FSFX tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um evento passado; b) for provável que será necessária uma saída de recurso que incorpora benefícios econômicos para liquidar a obrigação; c) e puder ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

i) Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas

São constituídos levando-se em conta: a) a opinião dos assessores jurídicos e a avaliação da Administração sobre a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores da mesma complexidade e o posicionamento dos tribunais; b) sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, porém são divulgados em notas explicativas quando relevantes. Os classificados como remotos não são reconhecidos nem divulgados.

ii) Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

A Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA) é calculada atuarialmente a partir da estimativa dos sinistros já ocorridos e ainda não avisados, com base em triângulos de run-off mensais, que consideram o desenvolvimento histórico dos sinistros avisados nos últimos 12 meses, dos futuros pagamentos de eventos relacionados com ocorrências anteriores à data-base de cálculo, para estabelecer uma projeção futura por período de ocorrência.

A provisão de eventos a liquidar é constituída com base nos avisos de sinistros recebidos até a data do balanço, incluindo os sinistros judiciais e custos relacionados atualizados monetariamente.

A provisão de eventos a liquidar para o SUS é calculada a partir das notificações enviadas pelo Sistema Único de Saúde (SUS), representando obrigação legal de restituir as despesas em eventual atendimento de seus beneficiários.

Quanto à Provisão Para Contraprestações Não Ganhas (PPCNG), esta não é uma prática da FSFX. Primeiramente as contraprestações são registradas no passivo circulante e, posteriormente, para a conta de receita de contraprestações efetivas de operações de planos de assistência à saúde, de acordo com o período de cobertura que sempre ocorrem dentro do mês, sem a existência de pro-rata.

q) Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão aplicáveis quando referendadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). São elas:

IFRS 16 / CPC 06 (R2) - Leases (Arrendamentos)

A IFRS 16/CPC 06 (R2) substitui as orientações existentes na IAS 17/CPC (R1) e correspondentes interpretações e estabelece princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial.

IFRS 17 – Contratos de Seguros

A IFRS 17 estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro dentro do escopo da Norma. O objetivo da IFRS 17 é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representam fielmente esses contratos.

IFRS 09 / CPC 48 IFRS 9 Instrumentos Financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 Instrumentos Financeiros estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos para comprar ou vender itens não financeiros.

Resolução Normativa – RN n° 435/2018

Esta Resolução altera o Plano de Contas Padrão da ANS para as operadoras de planos de assistência à saúde, revogando a Resolução Normativa anterior de n° 290, de 27 de fevereiro de 2012, destacando que, a partir das demonstrações financeiras do exercício de 2020, as operadoras de grande porte deverão informar em notas explicativas a realização do Teste de Adequação de Passivo – TAP, de acordo com as regras e parâmetros definidos nesta norma, incluindo: a) todas as bases técnicas utilizadas para as estimativas correntes dos fluxos de caixa além daquelas estabelecidas nesta norma, bem como os agrupamentos de contratos similares adotados, observado o mínimo exigido; b) as estimativas correntes de fluxo de caixa de cada agrupamento de contratos similares que apresentarem resultado negativo.

Resolução Normativa – RN n° 442/2018

Esta Resolução Normativa altera a Resolução Normativa - RN n° 393/2015, que dispõe sobre critérios de constituição de Provisões Técnicas a serem observadas pelas operadoras de planos privados de assistência à saúde, a partir das demonstrações financeiras do exercício de 2020, principalmente pela constituição de Provisão para Eventos/Sinistros Ocorridos e Não Avisados ocorridos no SUS – PEONA SUS e pela constituição da Provisão para Insuficiência de Contraprestações/Prêmio – PIC.

r) Demonstração de Fluxo de Caixa

A elaboração do fluxo de caixa para fins de publicação está demonstrada pelo método direto.

A conciliação entre o lucro líquido e o fluxo de caixa líquido das atividades operacionais pelo Método Indireto ocorreu e foi demonstrado separadamente.

4. Disponibilidades e aplicações financeiras

4.1. Disponível

	31/12/2019	31/12/2018
Caixa	108	124
Banco Conta Depósito (a)	4.492	5.328
Aplicações de Liquidez Imediata (b)	89.246	64.507
	93.846	69.958

- a. O saldo financeiro disponível se destina ao pagamento das despesas operacionais diversas. Se houver necessidade de pagamentos superiores a esta disponibilidade, o montante será resgatado de aplicações financeiras com liquidez imediata.
- b. Refere-se substancialmente a Fundos de Investimentos e Certificados de Depósito Bancário (CDB) emitidos por bancos de primeira linha, possuem liquidez diária e a remuneração está indexada à variação do CDI. Estas aplicações poderão a qualquer momento serem resgatadas sem prejuízo do seu rendimento.

4.2. Aplicações financeiras

A segregação das aplicações financeiras, entre ativo circulante e não circulante, é demonstrada como segue:

	31/12/2019	31/12/2018
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas (i)	56.637	53.534
Cotas de fundos de investimentos	56.637	53.534
Aplicações Livres	171.190	170.596
Cotas de fundos de investimentos (ii)	117.875	43.259
Depósitos a prazo - CDB/RDB (iii)	45.015	125.337
Outras aplicações	8.300	2.000
Total geral	227.827	224.130
Total Circulante	178.994	211.096
Total não Circulante	48.833	13.034

- i) A FSFX constituiu ativos garantidores em Fundos dedicados ao setor de saúde suplementar em garantia às provisões técnicas, cuja movimentação segue regras estabelecidas pela ANS. Os Ativos Garantidores das Provisões Técnicas encontram-se vinculados em favor da ANS nos termos da regulamentação específica e detalhados a seguir:

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2019 e o Relatório dos Auditores Independentes

		31/12/2019	31/12/2018
I	Peona	20.103	17.073
II	PESL até 30 dias	15.201	15.884
III	PESL maior 30 dias	6.498	3.819
IV	PESL SUS Parcelamento	1.860	821
V	PESL c/ Dep. Judicial	3.670	-
VI	PESL SUS GRU	295	3.725
VII	PESL SUS (%hc x ABI)	2.130	1.482
Total Provisões Técnicas		49.757	42.831
Ativo garantidor necessário			
VIII	Valor a ser Lastreado (I+II+III+VI+VII)	44.226	42.011
IX	Valor a ser Vinculado (VIII-II)	29.025	26.127
X	Saldo de Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas em 31/12/2019	56.637	53.534
Valor excedente de ativo garantidor		6.880	10.703

ii) As demais aplicações financeiras, livres de vinculação exigida pela ANS, estão representadas substancialmente por valores mantidos em títulos de renda fixa e fundos de investimento que priorizam a segurança e liquidez nos investimentos, tendo como premissa a aplicação desses recursos em Instituições de primeira linha.

iii) As aplicações financeiras e títulos de valores mobiliários referem-se a CDB's e Fundos de Investimento aplicados em Instituições Financeiras de primeira linha, priorizando segurança e liquidez. Os CDB's possuem cláusulas de resgate antecipado sem perda significativa do valor aplicado.

As aplicações, considerando as de livre movimentação, renderam em média 116,18% do CDI em 2019 (99,60% em 2018).

Em 2019 o rendimento das aplicações acumulou receita financeira no montante de R\$17.367 (R\$11.690 em 2018).

4.3. Aplicações financeiras por faixa de vencimento

	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Total de 2019	Total de 2018	Hierarquia de valor justo
Cotas de fundos de investimentos	165.488	-	9.024	-	-	174.512	96.793	Nível 2
Depósitos a prazo - CDB/RDB		11.706	10.495	14.231	8.583	45.015	125.337	Nível 2
Outras aplicações	1.800	-	6.500			8.300	2.000	Nível 2
Total títulos para negociação	168.605	11.076	26.019	14.231	8.583	227.827	224.130	

5. Créditos de operações com planos de assistência à saúde

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2019 e o Relatório dos Auditores Independentes

Contraprestação Pecuniária a Receber	31/12/2019	31/12/2018
Faturas a Receber - Coletivo (a)	39.598	32.286
(-) Provisões p/ Perdas s/ Créditos (Faturas a Receber - Coletivo) (c)	(11.481)	(10.844)
Faturas a Receber - Individual (a)	7.089	6.646
(-) Provisões p/ Perdas s/ Créditos (Faturas a Receber - Individual) (c)	(6.014)	(5.571)
Total Contraprestação Pecuniária a Receber	29.192	22.517
Participação dos Beneficiários em Eventos Indenizados (b)	7.631	7.928
(-) Provisões p/ Perdas s/ Créditos (c)	(1.964)	(1.488)
Total Participação dos Beneficiários em Eventos Indenizados	5.667	6.440
Outros Créditos de Operações com Planos de assistência à Saúde	162	99
(-) Provisões p/ Perdas s/ Créditos	(21)	(3)
Total Outros Créditos de Operação com Planos de Assistência à Saúde	141	96
	35.000	29.053

- a) Registrados e mantidos no balanço pelo valor nominal, em contrapartida aos resultados de contraprestações efetivas de operação de planos de assistência à saúde.
- b) Refere-se à coparticipação em eventos indenizáveis de assistência médico-hospitalar, odontológicos e a eventuais reembolsos de gastos com atendimentos realizados pelos beneficiários.
- c) Provisões em conformidade com as normas da ANS e constituída para fazer frente às possíveis perdas relativas aos créditos pendentes de recebimento.

6. Crédito de operações de assistência não relacionadas c/ planos de saúde da operadora

	31/12/2019	31/12/2018
Contas a Receber Prest. Serviço Médico Hosp. (a)	104.472	82.823
Contas a Receber Prest. Serviço Odontológico (a)	30	59
Outros	332	439
(-) Provisões p/ Perdas s/ Créditos (b)	(49.526)	(13.232)
	55.308	70.089

- a. O saldo deste grupo refere-se a valores a receber de clientes por serviços não relacionados aos planos de saúde; basicamente a atendimento hospitalar a não conveniados dos planos de saúde comercializados pela FSFX, em contrapartida à conta de receitas com outras atividades de saúde.

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2019 e o Relatório dos Auditores Independentes

- b. Provisões para perdas sobre créditos dos serviços médicos hospitalares e odontológicos, elaborados conforme Nota Explicativa 3f.

7. Bens e títulos a receber

	31/12/2019	31/12/2018
Estoques (a)	13.317	8.149
Crédito em Recuperação / Adm de Cartão de Crédito (b)	8.454	8.014
Outros Créditos ou Bens a Receber	7.482	6.018
Prefeitura Municipal de Cubatão (c)	3.683	3.177
Prefeitura Municipal de Itabira (d)	2.621	3.950
Mensalidades/Utilização/Contribuição não Recebidas	1.574	1.651
Títulos a Receber – FESFX (e)	451	1.509
(-) Provisões p/ Perdas de estoque (f)	(513)	-
(-) Provisões p/ Perdas s/ Créditos (g)	(7.031)	(5.914)
	30.038	26.554

- a. O saldo de estoques refere-se substancialmente a materiais, medicamentos e outros itens hospitalares.
- b. Refere-se aos direitos de crédito a receber sob a administração de terceiros, e sobre este saldo houve constituição de provisão para perdas.
- c. Valores a receber referentes ao contrato de serviços de internação hospitalar, atenção ambulatorial, apoio diagnóstico e terapêutico e urgência/emergência em obstetrícia, celebrado entre o Município de Cubatão e a FSFX, visando garantir a atenção integral à saúde dos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS).
- d. Valores a receber referentes ao contrato de serviços de internação, ambulatório, UTI, maternidade, centro cirúrgico e serviços de diagnóstico, celebrado entre o Município de Itabira e a FSFX, visando garantir a assistência à saúde dos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) da microrregião onde o hospital está inserido.
- e. Valores a receber referentes a fatos contabilizados na FSFX, ora de responsabilidade da FESFX, transferidos em conformidade com o Termo de Cooperação celebrado entre as Fundações.
- f. Provisão com base no estudo realizado anualmente para apurar o histórico de perdas dos estoques obsoletos.
- g. Provisão para perdas sobre créditos, constituída substancialmente sobre os saldos de adiantamentos a clientes classificados na rubrica Outros Créditos ou Bens a Receber e sobre os saldos dos créditos em Recuperação / Adm. de Cartão de Crédito.

8. Depósitos judiciais e fiscais

	31/12/2019	31/12/2018
Ressarcimento ao SUS (a)	3.784	3.637
Fiscais - Tributos	10.358	10.010
Cíveis	1.342	818
Trabalhistas	574	414
	16.058	14.879

a. Ressarcimento ao Sus

A Lei nº 9.656/98, em seu art. 20, impõe às Operadoras que forneçam à Agência, periodicamente, informações cadastrais de seus usuários que permitam sua identificação; dados estes que são utilizados, dentre outras coisas, para a efetivação da cobrança do chamado "Ressarcimento ao SUS", previsto em seu art. 32 que é a obrigação legal das operadoras de planos privados de assistência à saúde de restituir as despesas do Sistema Único de Saúde (SUS) no eventual atendimento de seus beneficiários que estejam cobertos pelos respectivos planos.

A FSFX realiza o depósito judicial do valor discutido nos processos. A finalidade do depósito é a concessão de decisão judicial que determine a suspensão da exigibilidade dos débitos discutidos, com o consequente afastamento da incidência dos encargos de juros e multa sobre os valores em questão, devendo a ANS ainda abster-se de incluir o nome da FSFX e de seus Diretores do CADIN e de quaisquer outros órgãos de devedores e proteção ao crédito, bem como ajuizar execuções fiscais quanto aos débitos em questão face à efetivação de depósito judicial do importe sub judice; nos termos da Lei 10.522/2002 c/c RN 351/2014 da ANS.

No ano de 2019 não foram realizados depósitos judiciais referentes ao ressarcimento ao SUS. Entretanto, a soma dos valores corrigidos até dezembro de 2019 corresponde a R\$ 3.784.

Em conformidade com o órgão regulador para os valores que estão garantidos por depósitos judiciais estão contabilizados como passivo não circulante (Nota 11).

Ações com Depósitos Judiciais – Critérios Gerais

Em primeiro plano, esclarecemos que a FSFX não provisiona os valores integrais judicialmente depositados. Os depósitos judiciais, em alguns casos, são realizados apenas por determinação legal ou dada a necessidade de obtenção de decisões liminares que, por exemplo, nos permitam obter as certidões negativas para manutenção do recebimento de recursos públicos, bem como a regularidade dos processos de compra a crédito da Instituição.

Fica claro, portanto, que a simples iniciativa de realização do depósito judicial não deve ser interpretada como reconhecimento do débito ou como pressuposto para atribuição de um prognóstico ruim para a ação. Nos casos em que depositamos os valores judicialmente, mas deixamos de provisionar, há embasamento jurídico suficiente para classificar a possibilidade de perda da ação como “remota ou possível”, afastando, assim, conforme regras contábeis em vigor a respeito do tema, a necessidade de provisionamento.

b. Ações Fiscais - Tributárias

Atualmente a FSFX mantém ações anulatórias (três no total) movidas em face de entidades federais (União Federal e INSS), com depósitos judiciais realizados, especificamente para pleitear a extinção de créditos tributários indevidamente incluídos em Notificações e Autos de Infração elaborados pelas referidas autoridades. No mesmo sentido, ainda existem duas execuções fiscais em que a FSFX figura como Ré, em que também se discute a pertinência dos lançamentos fiscais.

Seguindo o raciocínio já apresentado e fundamentado acima, apenas constituímos provisões para ações em que não podemos identificar a probabilidade de êxito. Para afirmar esta probabilidade de êxito com a segurança necessária levamos em consideração a robustez da tese alegada, bem como os fundamentos legais conforme previsto no item 10.24.6 Anexo I Capítulo I - Normas Gerais da RN 435/18, e dessa forma justificar a baixa de algumas provisões tributárias com jurisprudência pacificada e aplicáveis ao tema.

Desta forma temos:

Processo nº 2001.38.00.006507-7: Ação anulatória. FSFX x INSS. As chances de insucesso da FSFX foram consideradas prováveis pelos Assessores Jurídicos, razão pela qual foi reconhecida provisão no passivo. Em 31 de dezembro de 2019 o depósito e atualizações referentes a este processo totalizaram R\$ 1.126.

Processo nº 6967-17.2011.4.01.3814: Ação Anulatória. FSFX x União. As chances de êxito da FSFX foram consideradas possíveis, de acordo com a opinião dos Assessores Jurídicos, motivo pelo qual não se reconheceu a provisão para perdas deste assunto. Em 31 de dezembro 2019 o depósito e atualizações referentes a este processo totalizaram R\$ 1.983.

Processo nº 2011-21.2012.4.01.3814: Ação Anulatória. FSFX x União. As chances de êxito da FSFX consideradas possíveis, de acordo com a opinião dos Assessores Jurídicos, motivo pelo qual não se reconheceu a provisão para perdas deste assunto. Em 31 de dezembro 2019 o depósito e atualizações referentes a este processo totalizaram R\$ 4.722.

Processo nº 2097-89.2012.4.01.3814: Execução Fiscal. União x FSFX. Considerando-se que as chances de êxito da FSFX são possíveis, não foi mantida a provisão reconhecida para este processo. Em 31 de dezembro 2019 o depósito e atualizações referentes a este processo totalizaram R\$ 941.

Processo nº 0007987-72.2013.401.3814: União X FSFX. Considerando que as chances de êxito da FSFX são possíveis, não foi mantida a provisão reconhecida para este processo. Em 31 de dezembro 2019 o depósito e atualizações referentes a este processo totalizaram R\$ 1.586.

c. Ações Cíveis

Processo nº 0014428-37.2012.8.26.0011: Trata-se de ação de obrigação de fazer com pedido urgente de tutela antecipada. A autora requer autorização do referido procedimento e alega descumprimento da decisão judicial pela FSFX. As chances de insucesso da FSFX foram consideradas prováveis pelos Assessores Jurídicos, razão pela qual foi reconhecida provisão no passivo no valor de R\$188.

Processo nº 515420174013814: Trata-se de ação ordinária proposta pela FSFX contra a ANS na qual a autora requer em sede de tutela antecipada a suspensão da decisão proferida no procedimento administrativo nº 25789032193201482 relativo à condenação da parte autora no pagamento de multas pecuniárias no valor de R\$229, bem como que determine à ANS que se abstenha de inscrever tal débito em dívida ativa e no CADIN. O valor atualizado do depósito é de R\$264. Considerando-se que a chance de insucesso da FSFX é remota, não há provisão para este processo.

Processo nº 10006183420184013814: Trata-se de Ação Coletiva adivada pela UNIDAS e em representação à FSFX em face da ANS, objetivando a declaração de inexistência de relação jurídica tributária que obrigue o recolhimento, por sua filiada, da Taxa de Saúde Suplementar bem como a repetição do indébito, com correção monetária pela taxa SELIC. Considerando-se que após o vencimento do boleto (pago trimestralmente), é possível que a ANS inclua o nome da FSFX no CADIN e na dívida ativa, a FSFX realiza o depósito judicial do valor discutido nos processos. A finalidade do depósito é a de ser concedida decisão judicial que determine a suspensão da exigibilidade dos débitos discutidos, com o conseqüente afastamento da incidência dos encargos de juros e multa sobre os valores em questão, devendo a ANS, ainda, abster-se de incluir o nome da FSFX e de seus Diretores do CADIN e quaisquer outros órgãos de devedores e proteção ao crédito, bem como ajuizar execuções fiscais quanto aos débitos em questão face à efetivação de depósito judicial do importe sub judice, nos termos da Lei 10.522/2002 c/c RN 351/2014 da ANS. As chances de insucesso da FSFX foram consideradas possíveis pelos Assessores Jurídicos, razão pela qual não há provisão para este processo.

Outros processos judiciais – cíveis

Os depósitos remanescentes referem-se às ações ordinárias vinculadas a processos cíveis. Mais uma vez aplica-se a lógica de que a realização de depósitos judiciais não necessariamente caminha junto à necessidade de realização de provisões para as referidas demandas. A exemplo dos esclarecimentos apresentados para os processos tributários, apenas constituímos provisões para ações em que não podemos identificar a probabilidade de êxito, seguindo os critérios já informados (robustez da tese alegada, bem como os fundamentos legais e jurisprudência aplicáveis ao tema).

Portanto, os demais processos classificados nesta rubrica representam obrigações legais de menor valor, onde a FSFX constituiu provisão no passivo somente para aqueles casos em que a probabilidade de êxito foi considerada, pelos Assessores Jurídicos, provável.

d. Ações Trabalhistas:

Observa-se também a existência de depósitos judiciais efetuados, vinculados a reclamações trabalhistas. Este fato ocorre porque, na esfera trabalhista, é necessário se faz garantir o juízo para recorrer das sentenças e acórdãos, e ainda, para interpor embargos à execução. Os valores dos recursos trabalhistas são definidos pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST), em tabela própria, disponibilizados no site do TST. Em 31 de dezembro 2019 o depósito e atualizações referentes aos processos trabalhistas totalizaram R\$574.

9. Ativo imobilizado

A FSFX realizou avaliação e revisão da vida útil econômica, incluindo os itens adquiridos entre Janeiro a Dezembro de 2019, com o levantamento físico e contábil como normalmente ocorre nessas situações, objetivando garantir a efetiva evidência de existência e correta localização dos bens.

Para fins comparativos, entre a base total e a base da amostragem realizada, considera-se que os trabalhos foram respaldados em base representativa de aproximadamente 99,50% do total monetário de bens existentes.

A metodologia para determinação da vida útil econômica utilizada baseou-se na análise de fatores técnicos, físicos, econômicos, instalações, manutenções e de obsolescência tecnológica em função da atividade econômica. Levou-se em consideração que o ciclo de maturidade de uso destes grupos analisados é superior ao padrão hoje adotado, ou seja, vida útil fiscal. Dessa forma, optou-se por projetar a ocorrência do ciclo econômico de acordo com o subgrupo de ativos, com período suficiente e capaz de gerar retorno de investimento (econômico) e utilização do bem (técnico, físico e obsolescência).

(i) No exercício de 2019 a FSFX efetuou estudo interno para verificar e determinar os prazos de vida útil dos bens integrantes do ativo imobilizado e, conseqüentemente, as taxas de depreciação, conforme previsto no CPC 27 - Ativo Imobilizado. Como resultado deste estudo, a administração da FSFX decidiu por não alterar os prazos estimados de vida útil e as taxas aplicadas. As taxas aplicadas e revisadas anualmente variam de 7% a 83% ao ano.

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2019 e o Relatório dos Auditores Independentes

A composição do Ativo Imobilizado está representada a seguir:

AQUISIÇÃO	31/12/2018	Perdas por Redução ao valor recuperável	Baixas	Transferência/ Inventário	Aquisições	31/12/2019
BENFEITORIA EM PROPRIEDADES DE TERCEIRO	134.696	(2.126)	(5)	20.404	-	152.969
APARELHOS,MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	84.440	(1.869)	(2.601)	4.273	11.984	96.227
EDIFÍCIOS	16.856	-	-	116	-	16.972
EQUIPAMENTOS	15.403	(43)	(511)	301	3.297	18.447
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	14.854	(433)	(338)	1.061	2.095	17.239
TERRENOS	6.367	-	-	-	-	6.367
VEÍCULOS	2.812	-	-	-	478	3.290
MATERIAL DE CONSUMO	467	-	-	-	-	467
	275.895	(4.471)	(3.455)	26.155	17.854	311.978
DEPRECIACÃO ACUMULADA	31/12/2018	Perdas por Redução ao valor recuperável	Baixas	Transferência/ Inventário	Depreciação	31/12/2019
APARELHOS,MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	(38.694)	-	2.346	-	(8.569)	(44.917)
BENFEITORIA EM PROPRIEDADES DE TERCEIRO	(42.935)	-	1	(42)	(10.747)	(53.723)
EDIFICAÇÕES	(3.894)	-	-	-	(689)	(4.583)
EQUIPAMENTOS	(9.123)	-	503	3	(2.213)	(10.830)
MATERIAL DE CONSUMO	(323)	-	-	-	(99)	(422)
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	(8.093)	-	290	(3)	(1.525)	(9.331)
VEÍCULOS	(2.064)	-	-	-	(263)	(2.327)
	(105.126)	-	3.140	(42)	(24.105)	(126.133)
IMOBILIZADO (OBRAS EM ANDAMENTO)	46.616	(4.694)	(1.994)	(26.395)	15.860	29.394
TOTAL DO IMOBILIZADO	217.385	(9.165)	(2.309)	(282)	9.609	215.239

Impairment

No Exercício de 2019 a FSFX também realizou o teste de Impairment para o seus ativos e identificou para uma de suas unidades a necessidade de constituir a imparidade de R\$ 9.165.

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2019 e o Relatório dos Auditores Independentes

10. Intangível

A composição do Intangível está representada a seguir:

DESCRIÇÃO	31/12/2018	Perdas por Redução ao valor recuperável	Baixas	Transferência/ Inventário	Aquisições	31/12/2019
a) OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS	8.468	-	-	-	-	8.468
b) SISTEMA DE COMPUTAÇÃO	30.525	(129)	(127)	289	4.277	34.835
c) PESQUISA E DESENVOLVIMENTO - IA	469	-	-	-	-	469
	39.462	(129)	(127)	287	4.277	43.772
AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	31/12/2018	Perdas por Redução ao valor recuperável	Baixas	Transferência/ Inventário	Amortização	31/12/2019
OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS	(6.280)	-	-	-	(847)	(7.127)
SISTEMA DE COMPUTAÇÃO	(21.809)	-	127	-	(4.666)	(26.348)
PESQUISA E DESENVOLVIMENTO - IA	(39)	-	-	-	(66)	(105)
	(28.128)	-	127	-	(5.579)	(33.580)
TOTAL DO INTANGÍVEL	11.334	(129)	-	287	(1.302)	10.192

- Intangível adquirido em 2011 pelo processo de incorporação das atividades de oncologia. O valor deste intangível está totalmente recuperado, dada a rentabilidade demonstrada pela unidade incorporadora.
- Neste grupo estão registrados os bens incorpóreos classificados como software, parte não integrante de seu respectivo hardware. Os bens foram registrados pelo custo de aquisição e a amortização foi calculada pelo método linear mediante aplicação do estudo da vida útil econômica dos bens.
- Neste grupo estão registrados os valores aplicados para desenvolvimento de plataforma de inteligência artificial, de computação cognitiva, objetivando melhor gerenciamento de recursos humanos, operacionais e de custos.

Impairment

No Exercício de 2019 a FSFX também realizou o teste de Impairment para o seus ativos e identificou para uma de suas unidades a necessidade de constituir a imparidade de R\$129.

11. Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

São registradas observando o princípio de competência e lastreadas, quando exigido, por ativos garantidores vinculados em favor da ANS.

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2019 e o Relatório dos Auditores Independentes

	31/12/2019	31/12/2018
CIRCULANTE		
Provisões de Eventos a Liquidar p/ SUS (a)	2.888	6.056
Provisões de Eventos a Liquidar Rede Credenciada (b)	21.699	19.702
Provisões de Eventos Ocorridos e Não Avisados (c)	20.103	17.073
NÃO CIRCULANTE		
Provisões de Eventos a Liquidar p/SUS (a)	5.067	-
	49.757	42.831

a. No circulante, provisão com objetivo de reconhecer valores de ressarcimento ao SUS por “eventos” ocorridos pelos beneficiários dos Planos de Saúde da FSFX. Esta provisão é realizada no momento do recebimento dos Avisos de Beneficiários Identificados (ABI’s), observando-se os critérios definidos no manual contábil das operadoras, ou seja, registro contábil relativo ao ressarcimento ao SUS com base nos valores das notificações dos Avisos de Beneficiários Identificados (ABI’s) considerando o percentual histórico de cobrança (%hc), somado ao montante total cobrado nas Guias de Recolhimento da União (GRU) emitidas.

No não circulante, o saldo de R\$ 5.067 encontra-se segregado da seguinte forma:

- i. R\$ 1.397 contabilizados na conta de *Provisão de Eventos a Liquidar para o SUS – Parcelamento*, correspondente ao parcelamento do ressarcimento ao SUS devidamente aprovado pela ANS, considerando somente as parcelas com vencimento em prazo superior a doze meses.
 - ii. R\$ 3.670 contabilizados na conta *Provisão de Eventos a Liquidar para o SUS – Ação Judicial com Depósito Judicial*, correspondente aos valores relacionados a ressarcimento ao SUS que foram objeto de processo judicial com exigência do depósito judicial do valor integral do débito.
- b. Provisão para garantia de eventos já ocorridos, registrados contabilmente e ainda não pagos, cujo registro contábil é realizado pelo valor integral informado pelo prestador ou beneficiário no momento da apresentação da cobrança à FSFX.
- c. Refere-se à Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados – PEONA comunicada à ANS formalmente no Termo de Responsabilidade Atuarial – TRA do 4º trimestre de 2019. O montante integral apurado em 31 de dezembro de 2019 para a PEONA é de R\$ 20.103, o qual divide-se em R\$ 19.042 de PEONA médico-hospitalar e R\$ 1.061 de PEONA odontológica (R\$ 16.157 de PEONA médico-hospitalar e R\$ 916 de PEONA odontológica em 2018) .

12. Tributos e encargos sociais a recolher

Estão assim demonstrados:

	31/12/2019	31/12/2018
INSS a Recolher	1.382	1.141
FGTS a Recolher	1.660	1.695
Imposto de Renda Retido de Funcionários	1.324	1.211
Cont.Social/Cofins/Pis-Pasep	759	756
Outros Tributos e Encargos a Recolher	592	648
	5.717	5.451

13. Débitos diversos

13.1. No curto prazo

Obrigações Sociais	31/12/2019	31/12/2018
Provisões de Férias	16.292	15.489
FGTS sobre Férias	1.303	1.239
Incentivo Por Desempenho a Pagar	3.570	-
Outras Obrigações com Pessoal	7	6
	21.172	16.734
Obrigações com terceiros		
Fornecedores (a)	17.348	11.294
Depósito Benef. e de Terceiro	8.343	4.959
Outros débitos a pagar	1.963	3.367
Total Circulante	48.826	36.354

a. Neste grupo são registrados os valores a pagar a fornecedores e prestadores de serviços, relativos às aquisições e serviços contratados pelas unidades de saúde.

O saldo por vencimento está assim distribuído:

	31/12/2019	31/12/2018
A vencer	16.596	9.332
Vencidos de 0 até 30 dias	371	1.563
Vencidos há mais 30 dias	381	399
	17.348	11.294

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2019 e o Relatório dos Auditores Independentes

13.2. No longo prazo

Trata-se de incentivos, convênios e parcerias firmados com órgãos públicos (Municipais, Estaduais e Federais) e programas como Rede Cegonha, Rede Resposta, PROHOSP e Leitos de retaguarda.

Em 2019 a FSFX obteve a aprovação de outros convênios Federais por meio de emendas parlamentares, termo de fomento e incentivos, além de obter a aprovação e executar a captação de projetos vinculados ao programa PRONON - Exames e PRONAS - Habilitação Autismo.

Os saldos remanescentes estão assim demonstrados:

	31/12/2019	31/12/2018
Projetos encerrados em 2019	-	2.309
PRONAS - Habilitação Autismo	3.243	-
PRONON Exames	3.221	3.444
Incentivo Pronon - Oncologia Pediátrica 2016	2.009	5.333
Investimento Contrato de Gestão - Imobilizado a Restituir	1.777	1.791
Termo de Fomento 068/2019	1.001	-
Investimento PRONON - Reforma e Ampliação	986	1.035
PRONAS Autismo	867	849
Incentivo Emenda Parlamentar (Convênio 813506/2014)	804	773
PADICE - Prog. de Assis. Domiciliar ao Idoso e Cuidados Especiais	742	-
Incentivo Convênio ILPI's	738	-
Investimento PRONAS - Obras e Equipamentos	610	643
Investimento Oncologia Pediátrica	382	512
Incentivo Rede Resposta	346	3
Contrato de Gestão HMCC - Investimento ProHosp	316	-
Emenda Parlamentar - 7444-6	300	-
Incentivo Rede Cegonha_Federal	224	101
Contrato de Gestão HMCC - Investimento/Oftalmologia	204	-
Contrato de Gestão HMCC - Investimento/Custeio	166	185
Emenda Parlamentar - 7445-4	130	-
Incentivo Rede Cegonha_Estadual	86	-
Projeto Instituto Ronald McDonalds	37	42
Emenda Parlamentar - Fabio Alves Moreira	11	-
Incentivo Projeto Telemedicina	7	32
Emenda Parlamentar Eros Biondini III	7	-
Saldo disponível para aplicação no exercício seguinte	18.214	17.052

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2019 e o Relatório dos Auditores Independentes

No exercício de 2019, a FSFX realizou captação e aplicou os recursos conforme demonstrado a seguir:

	Saldo disponível em 2018	Captação e Rendimento de Recurso em 2019	Aplicação de Recurso em 2019	Devolução de Recurso em 2019	Saldo disponível pra o próximo exercício
Subvenções	-	743	(743)	-	-
Incentivos governamentais	17.052	14.062	(9.361)	(3.539)	18.214
Incentivos de contratualizações	-	40.938	(40.938)	-	-
Total	17.052	55.743	(51.042)	(3.539)	18.214

No montante de R\$ 40.938 de recursos captados, destacamos:

Captação de Recurso em 2019	Recursos recebidos	Recursos aplicados
Iac - Incentivo a contratualização - Sus	34.526	34.526
Incentivo de integ SUS	1.946	1.946
Prohosp-Prog. de fortalec dos hospitais	3.094	3.094
Incentivo rede cegonha - Cubatão	739	739
Incentivo rede de urgência – Cubatão	633	633
Total	40.938	40.938

14. Provisões

Os provisionamentos para contingências judiciais seguem os critérios estabelecidos pelas normas contábeis, inclusive aquelas específicas do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Parte-se, portanto, do pressuposto de que toda obrigação judicial que envolva saída provável de recursos será provisionada e, portanto, reconhecida como passivo.

Para afirmar o que chamamos “probabilidade de perda” de uma ação, com a segurança necessária, levamos em consideração a robustez da tese alegada e das provas disponíveis, os fundamentos legais e contratuais aplicáveis, a jurisprudência predominante e/ou pacificada, resultados anteriores de processos semelhantes da Instituição e, principalmente, a evolução negativa ou positiva do processo em análise (os valores provisionados são revisados a cada fase processual, conforme resultados de perícias, sentenças, acórdãos e fase de cálculos).

Os provisionamentos realizados no ano de 2019 seguiram os critérios supramencionados, e estão sendo demonstrados conforme a natureza da matéria discutida. Vejamos:

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2019 e o Relatório dos Auditores Independentes

	31/12/2019	31/12/2018
Passivo Circulante	-	14
Provisão para Contingências Trabalhista	-	14
Passivo não Circulante	9.870	7.050
Provisão para Contingências Trabalhista (a)	4.219	2.211
Provisão para Contingências Tributárias (b)	5	1.106
Provisão para Contingências Cíveis (c)	5.646	3.733
	9.870	7.064

- a. **Provisões para Contingências Trabalhistas:** provisões para fazer face à prováveis condenações em ações judiciais trabalhistas;
- b. **Provisões para Contingências Cíveis:** provisões para fazer face à prováveis condenações em ações judiciais cíveis, movidas por usuários dos planos de saúde da operadora e da rede própria hospitalar; e
- c. **Provisões para Contingências Tributárias:** provisão para fazer face à ação tributária de nº 2001.38.00.006507-7 (FSFX x INSS) em que as chances de perda foram classificadas como “prováveis” pela Assessoria Jurídica da FSFX.

A FSFX também possui processos cujas expectativas de perda são classificadas como possíveis, na opinião de seu assessor jurídico.

Em particular um processo de natureza trabalhista, com causa no valor de R\$ 47,5 milhões, onde o MPT argumenta o descumprimento da NR-4 concernente à instituição, registro e funcionamento dos Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho (SESMT), não há expectativa de repercussão financeira para a FSFX, com grande possibilidade de acordo com MPT sem qualquer repercussão financeira à FSFX. Sendo este o motivo da divulgação somente de R\$ 20.

Dessa forma, a FSFX não provisiona os valores envolvidos nesses processos, porém os divulga, conforme segue:

Processos com Risco de Perda Possível		
Natureza	31/12/2019	31/12/2018
Trabalhista	20	4.556
Tributárias	-	3.323
Cíveis	2.884	22.889
	2.904	30.768

15. Patrimônio líquido

O Patrimônio Líquido é composto por absorção dos déficits e superávits de cada ano, além da Reserva Estatutária que é constituída na percentagem de 10% sobre o superávit líquido do exercício. A destinação da Reserva Estatutária depende de deliberação do Conselho Curador da FSFX.

É vedado à FSFX distribuir seu superávit, devendo ser totalmente destinado à aplicação de recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais.

Além disso, destacamos a suficiência da Margem de Solvência:

A RN nº 209/2009 da ANS dispõe sobre os critérios de manutenção de Recursos Próprios Mínimos e constituição de Provisões Técnicas a serem observados pelas operadoras de planos privados de assistência à saúde. A Margem de Solvência determina o nível econômico que o Patrimônio Líquido das Operadoras de Planos de Saúde deverá atingir, e este critério deve ser observado mensalmente.

Em atendimento a esta resolução, a FSFX declara que sua Margem de Solvência é de R\$ 104.788 para um Patrimônio Líquido de R\$ 564.409. Isto demonstra que o Patrimônio Líquido da FSFX é suficiente para a solvência do plano, excedendo em R\$ 459.621, não sendo necessário nenhum ajuste econômico para adequação às regras da resolução vigente.

16. Contraprestações efetivas de planos de assistência a saúde

A FSFX atingiu o patamar de 166 mil beneficiários, um crescimento de 11,6 mil. Associado ao crescimento do número de vidas, a variação de 2018 para 2019 também foi movida pelo reajuste dos Planos.

Sendo assim, os faturamentos emitidos para cobertura dos planos de assistência médico hospitalar e odontológicos, com cobertura preestabelecido e pós-estabelecido, em 31 de dezembro de 2019, perfazem da seguinte forma:

	31/12/2019	31/12/2018
Cobertura assistencial c/ preço preestabelecido	360.291	316.490
Cobertura assistencial c/ preço pós-estabelecido	132.879	121.483
Cobertura assistencial c/ preço preestabelecido Odonto.	19.405	18.467
(-) Contraprestações de corresponsabilidade transferida	(448)	(446)
	512.127	455.994

17. Eventos indenizáveis líquidos

São registrados os eventos conhecidos e avisados, com preço preestabelecido e pós-estabelecido, de assistência médico-hospitalar, consultas, terapias, exames, internações e outros atendimentos. O fato gerador da despesa é o atendimento ao beneficiário.

Os eventos podem ser assim demonstrados:

	31/12/2019	31/12/2018
Modalidade Preestabelecido (a)	301.792	255.938
Eventos conhecidos ou avisados de assistência médico-hosp	281.283	240.900
Eventos conhecidos ou avisados de assistência odontológica	15.562	14.779
Sistema Único de Saúde - SUS	4.947	259
Modalidade Pós-estabelecido (b)	126.940	115.661
Eventos conhecidos ou avisados de assistência médico-hosp	126.936	115.661
Eventos conhecidos ou avisados de assistência odontológica	4	1
Varição de Provisão Eventos Ocorridos e Não Avisados (c)	3.029	2.401
	431.761	374.000

- a. A evolução das despesas assistenciais está vinculada a uma maior utilização da rede assistencial pelos beneficiários do plano de saúde, ao envelhecimento natural da população e negociação dos reajustes com a rede credenciada absorvendo índices abaixo da inflação. Também associamos a variação ao reajuste anual dos planos segurados bem como a inclusão de novos medicamentos, tecnologias e incorporações de Procedimentos e Eventos em Saúde definidos pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

As despesas com eventos de assistência médico hospitalar, com preço preestabelecido, do exercício de 2019, estão assim demonstrados:

2019	Consultas	Exames	Terapias	Internações	Outros Atendimentos
Rede própria	13.728	20.557	1.899	70.739	41.268
Rede Contratada	12.335	19.848	6.339	64.657	28.903
Reembolso	278	65	441	93	133
Total	26.341	40.470	8.679	135.489	70.304

- b. Neste segmento encontram-se registrados as despesas com eventos de assistência médico/hospitalar e odontológicos dos planos administrados pela Operadora (Fundo de Saúde e Cosaúde), constituídos num sistema de mutualismo onde os beneficiários não são detentores das reservas financeiras constituídas.

- c. A operadora constitui Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados – PEONA em atendimento à obrigatoriedade determinada pela ANS por meio do art. 3º da RN nº 393/2015. Este cálculo é feito mensalmente de acordo com a metodologia atuarial e informada à ANS formalmente no Termo de Responsabilidade Atuarial. Os dados utilizados para o cálculo desta provisão foi o conjunto de informações a respeito das despesas assistenciais, apenas em pré-pagamento, agrupadas por mês de ocorrência e mês do aviso do evento realizado pelo beneficiário. Importante justificar que o valor final da PEONA, ou mesmo sua variação, sofre influência e flutuação em função da utilização em cada mês, condicionada ao número de beneficiários que ingressam ou atribuídos aos que utilizam mais a rede assistencial no período.

18. Receita de assistência à saúde não relacionada com o plano de saúde da operadora

Registram-se nestas contas as receitas de convênios e parcerias firmadas com empresas públicas e privadas, hospitalar e odontológico, atendimentos particulares, atendimentos aos beneficiários do sistema único de saúde (SUS) e receitas com incentivos governamentais obtidos por meio de captação de recursos públicos e aplicados nas atividades sociais da FSFX.

As receitas podem ser assim demonstradas:

	31/12/2019	31/12/2018
Receita com Operações de Assist. Méd. Hospitalar	123.944	95.094
Receita com Operações de Assist. Méd. Odonto	3.565	3.858
Receita com Operações de Assist. Méd. Hosp. SUS	133.212	133.786
Receitas com Administração de Intercâmbio Eventual	691	763
Outras Receitas Operacionais de Planos de Assist. a Saúde	2.013	1.672
Outras Receitas Operacionais Méd. Hospitalar/Odont. (18.1)	50.720	57.994
	314.145	293.167

18.1. Outras Receitas Operacionais Méd. Hospitalar/Odont estão assim demonstradas:

	31/12/2019	31/12/2018
Serviços Contratados	1.830	1.491
Incentivos Governamentais (a)	9.715	19.887
Subvenções Estadual	743	709
Doações de Medicamentos	2.444	2.663
Trabalho Voluntário (b)	245	32
Contrato de Gestão OSS (c)	32.968	31.425
Outras	2.775	1.787
	50.720	57.994

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2019 e o Relatório dos Auditores Independentes

- a) Receita com assistência governamental destinada a fornecer benefícios econômicos, utilizados conforme critérios estabelecidos nos contratos de parceria, gestão, portarias e contabilizados pelo regime de competência observando as normas vigentes que tratam das Subvenções e Assistências Governamentais.
- b) Refere-se ao trabalho voluntário, inclusive de membros integrantes dos órgãos da administração, no exercício de suas funções, reconhecido e contabilizado pelo valor justo da prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro.
- c) Refere-se aos valores faturados em contra partida à gestão assistencial e administrativa do hospital Municipal Carlos Chagas, em Itabira/MG, pela FSFX.

19. Provisão para Perdas Sobre Créditos

Registram-se nesta conta as provisões para perdas sobre créditos relacionados à Operadora de Planos de Saúde.

As provisões foram constituídas de acordo com o item 10.2.3 do Capítulo I – Normas gerais da RN 435/2018 e representam valores de possíveis perdas por inadimplência no período. Em 2019 a FSFX reconheceu R\$ 1.574 e em 2018 R\$ 7.597.

20. Outras despesas operacionais de assistência à saúde não relacionadas com plano de saúde da operadora

	31/12/2019	31/12/2018
Despesas c/ operações de assist. Méd. Hospitalar (a)	351.133	287.658
Despesas c/ operações de assist. Odontológica (a)	4.384	4.710
Doações de Medicamentos (b)	2.114	2.663
Trabalho Voluntário (c)	245	31
Outras despesas operacionais	9.759	189
	367.635	295.251

- a. Registram-se nestas contas as despesas decorrentes de serviços prestados de assistência médico-hospitalar e de assistência odontológica não relacionadas com a operação de planos de assistência à saúde da FSFX, sendo substancialmente, despesas com pessoal, encargos sociais, despesas com serviços de terceiros, manutenção, depreciação/amortização de bens do ativo, consumo de materiais e medicamentos e outros.
- b. A FSFX recebe doações de medicamentos oncológicos e os saldos nesta conta representam os medicamentos consumidos e, conseqüentemente, contabilizados na competência.

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2019 e o Relatório dos Auditores Independentes

- c. Registram-se nesta conta os valores de trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes dos órgãos da administração, no exercício de suas funções, reconhecido e contabilizado pelo valor justo da prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro.

21. Despesas administrativas

Registram-se nesta conta tão somente os gastos incorridos pela área administrativa da FSFX, relacionados com a Operadora de Planos de Saúde, de acordo com a RN 435/2018, Anexo IV do Manual Contábil das Operações do Mercado de Saúde, Item 4 – Fato gerador da despesa com eventos. Em 2019 R\$ 32.866 e em 2018 R\$ 25.220.

22. Receitas financeiras

As receitas financeiras da FSFX são assim demonstradas:

	31/12/2019	31/12/2018
Receitas com CDB / RDB	17.367	11.690
Receitas com Cotas de Fundos de Investimentos	147	127
Receitas Financeira com Operações de Assistência a Saúde	1.266	1.176
Outras Receitas Financeiras	1.009	398
	19.789	13.391

23. Gratuidade e atendimento comunitário

Os dispositivos legais em vigor que normatizam a Certificação das Entidades de Assistência Social são as Leis nº 12.101/2009 e nº 12.249/2010; Decretos nº 7.237/2010 e nº 7.300/2010; e Portaria MS nº 1.970/2011. Para a atividade de assistência à saúde, passa a vigor 4º, da Lei 12.101, de 27/11/2009, que dispõe: Para ser considerada beneficente e fazer jus à certificação, a entidade de saúde deverá, nos termos do regulamento:

- I - comprovar o cumprimento das metas estabelecidas em convênio ou instrumento congênere celebrado com o gestor local do SUS;
- II - ofertar a prestação de seus serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% em atendimentos; e
- III - comprovar, anualmente, a prestação dos serviços de que trata o inciso II, com base no somatório das internações realizadas e dos atendimentos ambulatoriais prestados”.

Durante o exercício de 2019, foram prestados atendimentos em internação aos pacientes SUS (Sistema Único de Saúde), medido por paciente dia, num percentual de 70,51% (70,87% em 2018), conforme mapas

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2019 e o Relatório dos Auditores Independentes

estatísticos arquivados na Administração da FSFX; percentual este superior ao que preceitua a Lei 12.101/2009.

A comprovação do percentual de atendimento nas Unidades Hospital Márcio Cunha unidade I, II e Oncologia, conforme regulamento, podem ser assim demonstradas:

Hospital Márcio Cunha - atendimentos realizados em 2019					
Descrição dos Serviços Prestados	SUS	Gratuidades c/ recursos próprios	Demais fontes financiam.	TOTAL	% SUS
Diárias Internações Paciente/dia (Qtde)	95.979	-	62.645	158.624	60,51%
Atendimentos Ambulatoriais (Qtde)	567.636	-	1.973.589	2.541.225	22,34%
Partic. Ambulatorial	Parágrafo Único do art. 32 da Portaria nº 1.970/2011				10,00%
Percentual SUS	conforme Art. 24 e Art. 32 da Portaria GM/MS nº 1.970/2011				70,51%

Citamos também o Hospital Dr. Luiz Camargo de Fonseca, em Cubatão, hospital mantido pela FSFX desde 2017 e que reúne as melhores práticas assistenciais e de excelência na prestação de serviços. É um hospital geral de leitos de retaguarda, credenciado para atendimentos de baixa e média complexidade, com 28 especialidades médicas e prestação de serviços de traumatologia, ambulatório, internação, UTI, maternidade, centro cirúrgico e serviços de diagnóstico. Conta com 125 leitos, sendo 75 leitos para SUS e 50 leitos para convênio. Para isso, dispõe de equipes médicas composta por profissionais capacitados e que adotam as melhores práticas no atendimento aos pacientes, além de equipe multidisciplinar e administrativa capacitada e pronta para atender aos clientes.

Durante o exercício de 2019, foram prestados no Hospital de Cubatão (HC), atendimentos em internação aos pacientes SUS, medido por paciente dia, num percentual de 97,51% (100,00% em 2018), conforme mapas estatísticos arquivados na Administração da FSFX, percentual este também superior ao que preceitua a Lei 12.101/2009. A comprovação do percentual de atendimento no Hospital de Cubatão (HC), conforme regulamento, pode ser assim demonstrada:

Hospital Dr. Luiz Camargo da Fonseca - atendimentos realizados em 2019					
Descrição dos Serviços Prestados	SUS	Gratuidades c/ recursos próprios	Demais fontes financiam.	TOTAL	% SUS
Internações Paciente/dia (Qtde)	24.438	-	3.488	27.926	87,51%
Atendimentos Ambulatoriais (Qtde)	251.400	-	79.371	330.771	76,00%
Partic. Ambulatorial	Parágrafo Único do art. 32 da Portaria nº 1.970/2011				10,00%
Percentual SUS	conforme Art. 24 e Art. 32 da Portaria GM/MS nº 1.970/2011				97,51%

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2019 e o Relatório dos Auditores Independentes

No atendimento comunitário destaca-se também o Carlos Chagas, em Itabira, hospital administrado pela FSFX desde 2016. Esta unidade é qualificada como Organização Social, mantido pela Secretaria Municipal da Saúde de Itabira e regido pelo contrato de Gestão, com objetivo de prestação de serviço de saúde exclusivo aos pacientes do SUS.

Durante o exercício de 2019, foram prestados no Hospital Carlos Chagas (HMCC), atendimentos em internação aos pacientes SUS, medido por paciente dia, num percentual de 100% (100,00% em 2018), conforme mapas estatísticos arquivados na Administração da FSFX, percentual este também superior ao que preceitua a Lei 12.101/2009. A comprovação do percentual de atendimento no HMCC, conforme regulamento, pode ser assim demonstrada:

Hospital Carlos Chagas (Itabira) - atendimentos realizados em 2019					
Descrição dos Serviços Prestados	SUS	Gratuidades c/ recursos próprios	Demais fontes financiam.	TOTAL	% SUS
Diárias Internações Paciente Dia (Qtde)	21.490	-		21.490	0,00%
Atendimentos Ambulatoriais (Qtde)	143.682	-		143.682	0,00%
Partic. Ambulatorial	Parágrafo Único do art. 32 da Portaria nº 1.970/2011				0,00%
Percentual SUS	conforme Art. 24 e Art. 32 da Portaria GM/MS nº 1.970/2011				100,00%

24. Das isenções

O contexto de subvenção governamental aplicado à FSFX refere-se à isenção de impostos e contribuições sociais, apuradas de acordo com o artigo 29, da Lei nº 12.101/2009, o Decreto nº 7.237/2010 e a IN nº 971/2009, da Secretaria da Receita Federal e alterações posteriores, observando-se os artigos 22 e 23, da Lei nº 8.212/91. As isenções tributárias relativas ao INSS, PIS, COFINS e CSLL usufruídas pela FSFX, conforme artigos 22 e 23 da Lei nº 8.212/91, são aplicadas em serviços de atenção à saúde. As isenções, conciliadas com superávit do exercício, são assim demonstradas, caso fossem devidas:

	31/12/2019	31/12/2018
SUPERÁVIT (DÉFICIT) DO EXERCÍCIO	(5.128)	50.541
INSS Cota Patronal	(48.439)	(46.419)
Cofins	(15.022)	(14.590)
PIS	(1.825)	(1.619)
CSLL	6.337	1.052
	(58.949)	(61.576)
Déficit / Superávit do exercício caso a Fundação não usufruisse das isenções	(64.077)	11.035

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2019 e o Relatório dos Auditores Independentes

25. Cobertura de Seguros

A FSFX está segurada em apólice conjunta com os ativos da Usiminas S/A, que mantém cobertura de seguro em valores considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros. Sua vigência é de 30º de março de 2020 a 30º de março de 2021. A sua cobertura abrange os valores em riscos declarados de todas as unidades, que totalizam o montante de R\$348 milhões para danos materiais e R\$243 milhões de lucros cessantes.

26. Demonstrações do resultado do exercício – Modelo ITG 2002

<i>Em milhares de Reais</i>	31/12/2019	31/12/2018 (Reapresentado)
RECEITAS OPERACIONAIS	326.760	356.743
Com Restrição	260.966	288.629
Programa (Atividades) de Saúde	260.721	288.598
Trabalho Voluntário	245	31
Sem Restrição	65.794	68.114
Contribuições e Doações Voluntárias	2.490	2.669
Ganhos na Venda de Bens	89	32
Rendimentos Financeiros	19.789	13.391
Outros Recursos Recebidos	43.426	52.022
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(107.613)	(164.580)
Com Programas (Atividades)	(107.613)	(164.580)
Saúde	(107.368)	(164.549)
Trabalho Voluntário	(245)	(31)
RESULTADO BRUTO	219.147	192.163
DESPESAS OPERACIONAIS	(224.275)	(141.622)
Administrativa	(310.352)	(224.003)
Salários	(197.470)	(167.911)
Encargos Sociais	(19.028)	(16.629)
Impostos e Taxas	(1.701)	(1.979)
Aluguéis	(3.734)	(3.902)
Serviços Gerais	(6.023)	9.666
Manutenção	(13.727)	(13.938)
Depreciação e Amortização	(29.684)	(21.713)
Perdas Diversas	(38.985)	(7.597)
Outras despesas/receitas operacionais	86.077	82.381
OPERAÇÕES DESCONTINUADAS (LÍQUIDO)	-	-
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO	(5.128)	50.541

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2019 e o Relatório dos Auditores Independentes

27. Conciliação do fluxo de caixa das atividades operacionais – Método indireto

A ANS exige que as operadoras de plano de saúde apresentem a Demonstração do Fluxo de Caixa pelo método direto. Nestes casos, a legislação vigente determina que se destaque a conciliação do lucro líquido na demonstração do fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais.

Em milhares de Reais

ATIVIDADES OPERACIONAIS	31/12/2019	31/12/2018
Superávit (Déficit) do exercício	<u>(5.128)</u>	<u>50.541</u>
Ajustes para conciliação do superávit do período com a geração/utilização de caixa das atividades operacionais:	<u>93.136</u>	<u>25.994</u>
Variação da PEONA	3.029	2.401
Depreciações e Amortizações	29.684	16.937
Ganhos e/ou Perdas na Alienação de Imobilizado	297	315
Baixas de títulos	274	-
Ajuste de estoque	(586)	-
Constituição (Reversão) da provisão p/ créditos de liq. duvidosa	38.985	7.599
Constituição (Reversão) de provisão para Impairment	9.294	-
Constituição (Reversão) de provisão para perdas de estoque obsoletos	513	-
Juros / Multa de ressarcimento ao SUS	3.417	-
Outras provisões	131	(666)
Constituição (Reversão) de provisão para ações tributárias, cíveis e trabalhistas	8.098	(592)
Resultado do Período Ajustado	<u>88.008</u>	<u>76.535</u>
(Aumento) Diminuição em Ativos Operacionais	<u>(35.907)</u>	<u>(27.878)</u>
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	(5.947)	-
Créditos de Oper. Assist. à Saúde Não Relacionados com Planos de Saúde da Operadora	(21.513)	-
Créditos Tributários e Previdenciários	(39)	-
Bens e Títulos a Receber	(3.484)	-
Despesas Antecipadas	(48)	-
Depósito Judicial	(1.179)	-
Resgate / Aplicação Financeira	(3.697)	-
Aumento (Diminuição) em Passivos Operacionais	<u>10.973</u>	<u>7.679</u>
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	1.998	-
Débitos de Operações de Assistência à Saúde	66	-
Débitos com Oper. de Assist. à Saúde Não Relacion. c/Planos Saúde da Operadora	1.805	-
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	266	-
Provisão do SUS	(1.518)	-
Pagamento de Contingência	(5.278)	-
Débitos Diversos	13.634	-
Caixa Líquido das Atividades Operacionais	<u>63.074</u>	<u>56.336</u>

28. Critério utilizado pela operadora para o rateio dos custos da rede assistencial própria.

A FSFX possui rede assistencial própria (ambulatórios, consultórios, hospitais e outros) em sua estrutura patrimonial operando no mesmo CNPJ. O critério adotado segue modelo indicado pela ANS, nos moldes do capítulo III - Manual Contábil das Operações do Mercado de Saúde.

A FSFX precifica todos os atendimentos médicos nas redes assistenciais próprias, independentemente de ser beneficiário ou outro paciente, não registrando contabilmente e tão somente mantendo estes em controles gerenciais.

No final do mês, a FSFX precifica todos os atendimentos realizados em sua rede assistencial própria. A precificação dos beneficiários dos planos comercializados pela FSFX é efetuada pelo valor praticado em sua rede assistencial própria, de forma que a precificação dos beneficiários e outros pacientes seja a mais próxima possível do praticado pela rede assistencial.

Com base nesses valores de “faturamento próprio” a FSFX procede com o rateio dos custos e registra contabilmente as receitas com atendimentos a pacientes que não são seus beneficiários na conta 332119011 - Receitas com Prestação de Serviços não Relacionados com Planos de Saúde da Operadora. Os custos referentes aos atendimentos desses pacientes são registrados na conta 442119019 - Despesas com Prestação de Serviços não Relacionados com Planos de Saúde da Operadora.

Em relação aos seus beneficiários, a FSFX registra como despesas com eventos, no grupo 4111, os custos incorridos para atendimento aos beneficiários de seus próprios planos, os quais são apurados pela proporcionalidade das despesas em relação ao “faturamento próprio” dos atendimentos relacionados aos seus beneficiários, que a operadora precificou em controles gerenciais.

29. Organização social – Contrato de gestão

A gestão do Hospital Municipal Carlos Chagas (HMCC), no exercício de 2019, pautou-se pelos mesmos objetivos estratégicos da FSFX, na busca pela sustentabilidade, na melhoria contínua de seus processos e qualidade dos serviços prestados.

Em 2019, no 6º Termo Aditivo do contrato assinado em 01/2019, ficou pactuado entre a FSFX e o Município de Itabira o aporte, por Emenda Parlamentar, no montante R\$ 794 para inclusão e execução de consultas, exames e procedimentos cirúrgicos oftalmológicos.

Em 06/2019, a FSFX pactuou com o Município de Itabira, o 7º Termo Aditivo formalizando alterações importantes, de interesse das partes, para a continuidade da operação assistencial e relativa aos indicadores de acompanhamento. Dentre elas citamos:

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2019 e o Relatório dos Auditores Independentes

- i. Acréscimo de 4 leitos de UTI com sessão de Hemodiálise.
- ii. Acréscimo de 840 consultas ambulatoriais especializadas.
- iii. Acréscimo de novos serviços: Urologia, Ortopedia, Neurologia.
- iv. Acréscimo financeiro no orçamento global do contrato para manutenção das parcelas de custeio.

Também em 09/2019, a FSFX pactou o 8º Aditivo com o Município de Itabira formalizando o aporte de R\$ 350, por meio de Emenda parlamentar, com foco na execução de procedimentos e consultas oftalmológicas.

Dessa forma, as demonstrações contábeis foram preparadas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registro das transações e variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações contábeis e informações mínimas a serem divulgadas em nota explicativa das entidades sem finalidade de lucros, com base nas disposições contidas nos CPC's e Resolução CFC nº 1.409/2012 que aprova a interpretação ITG 2002 (R1)/2015.

O Ativo, Passivo e Resultado do Exercício da Filial OSS – Hospital Municipal Carlos Chagas, findos em 2019, estão assim demonstrados:

	31/12/2019	31/12/2018
ATIVO CIRCULANTE	4.608	4.971
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.463	525
Créditos a Receber	2.702	4.041
Estoques	442	405
ATIVO NÃO CIRCULANTE	1.777	1.553
Imobilizado	1.772	1.546
Intangível	5	7
TOTAL DO ATIVO	6.385	6.524

	31/12/2019	31/12/2018
PASSIVO CIRCULANTE	3.882	4.548
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	2.503	1.976
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	-	-
TOTAL DO PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6.385	6.524

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2019 e o Relatório dos Auditores Independentes

Demonstrativo de Resultado do Exercício	31/12/2019	31/12/2018
Receita Operacional Bruta	33.662	31.503
Custos e Despesas Operacionais	(33.703)	(31.014)
Resultado Bruto	(41)	489
Resultado Financeiro Líquido	41	(51)
Resultado Patrimonial	-	(438)
RESULTADO	-	-
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO	-	-

30. Instrumentos financeiros e gerenciamentos de riscos

Análise dos instrumentos financeiros

A FSFX participa de operações envolvendo ativos e passivos financeiros com o objetivo de gerir recursos financeiros disponíveis gerados pelas operações. Os riscos associados a esses instrumentos são gerenciados por meio de estratégias moderadas, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A avaliação de tais ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado é feita por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas podem divergir se utilizadas hipóteses e metodologias diferentes.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre as partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada.

Os valores contábeis, tais como aplicações financeiras, contas a pagar e a receber e outros referentes a instrumentos financeiros constantes nos balanços patrimoniais, quando comparados com os seus valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros de mercado, representam efetivamente o valor justo.

I. Hierarquia de valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Fundação usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2019 e o Relatório dos Auditores Independentes

- Nível 2: títulos, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: títulos, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a FSFX não efetuou transferências entre ativos financeiros, bem como não houve transferências entre níveis hierárquicos.

As aplicações financeiras da Fundação estão detalhadas na Nota Explicativa nº 4 e são mantidas até o vencimento, sendo classificadas de acordo com o nível 2 - preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos.

Os instrumentos financeiros da Fundação são apresentados na tabela a seguir e apresentam os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

A tabela abaixo não inclui informações sobre o valor justo de ativos e passivos financeiros, uma vez que o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo. Os instrumentos financeiros da Empresa são classificados como nível 2 vide nota explicativa 4.

II. Mensuração do valor justo

Técnicas de avaliação e inputs significativos não observáveis

Abaixo apresentamos as técnicas de valorização utilizadas na mensuração dos valores justos de Nível 2 para instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo no balanço patrimonial, assim como os inputs não observáveis significativos utilizados. Os processos de avaliação estão descritos na Nota 4.

Para Fornecedores, Provisões técnicas de operações de assistência à saúde, Débitos de operações de assistência à saúde, Partes Relacionadas e Outras contas a pagar a técnica de avaliação é o Fluxo de Caixa descontado. Este modelo de avaliação considera o valor presente do pagamento esperado descontado utilizando uma taxa de desconto ajustada ao risco.

III. Estimativa do valor justo

Os valores justos informados no balanço patrimonial não refletem mudanças futuras na economia, tais como taxas de juros, alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. O quadro abaixo apresenta os principais instrumentos financeiros contratados, assim como os respectivos valores justos.

Gerenciamento dos riscos financeiros

A gestão de risco é realizada pela gerência financeira, segundo as políticas aprovadas pela Administração. A gerência financeira identifica, avalia e protege a instituição contra eventuais riscos financeiros. A gerência financeira estabelece princípios para a gestão do risco global, bem como para áreas específicas, como risco de taxa de juros, risco de crédito e investimento de excedentes de caixa.

A FSFX possui exposição para os seguintes resultantes de instrumentos financeiros: i) risco de mercado; ii) risco de crédito; e iii) risco de liquidez.

I. Risco de Mercado

Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado, tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preço de ações afetarem os ganhos da instituição no valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A FSFX não utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado. Todas essas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pela Administração. Também não aplica contabilidade de *hedge* para gerenciar a volatilidade no resultado.

i. Risco de taxas de juros

A instituição não está exposta a riscos de taxas de juros.

ii. Risco Cambial

A FSFX não está exposta a riscos cambiais.

II. Análise de sensibilidade

Os instrumentos financeiros da FSFX que são sensíveis a variáveis de mercado com impacto na liquidez são representados por aplicações financeiras. O risco atrelado a aplicações financeiras está vinculado, em sua maioria, ao CDI. Essas operações indexadas ao CDI estão registradas a valor de mercado, conforme atualizações periódicas de acordo com as cotações divulgadas pelas instituições financeiras.

Visando a apresentar a sensibilidade nas aplicações financeiras, às quais a FSFX estava exposta em 31 de dezembro de 2019, **foi realizada uma Análise de Sensibilidade dos efeitos nos seus resultados, advindos de uma variação, para baixo ou para cima, na taxa CDI de 25% e 50% para ativos financeiros atrelados a taxas variáveis, demonstrado como segue:**

□

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2019 e o Relatório dos Auditores Independentes

Risco nas taxas de juros	Saldo 31/12/19	31/12/2019					
		Risco	Cenário (-50%)	Cenário (-25%)	Cenário Provável	Cenário (+25%)	Cenário (+50%)
Taxa (%a.a.)			2,20%	3,30%	4,40%	5,50%	6,60%
Saldo das aplicações financeiras	317.073	CDI (4,50%)	R\$ 7.005	R\$ 10.508	R\$ 14.011	R\$ 17.513	R\$ 21.016

III. Risco de Crédito

É o risco de a FSFX incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da FSFX.

Contas a receber

Risco de crédito para a Instituição é considerado como baixo pela Administração, pois suas mensalidades são pagas antes da prestação dos serviços. A maior parte do contas a receber da FSFX são relacionadas ao risco do período de cobertura. Além disso, para reduzir o risco de pagar os custos sem o recebimento, a instituição adota a prática do cancelamento dos planos em atraso conforme regulamentado pela ANS para a operadora de planos de saúde.

A Empresa estabelece uma provisão para redução ao valor recuperável que representa sua estimativa de perdas incorridas em relação ao contas a receber e outras contas a receber. A conta de provisões relacionada a contas a receber é utilizada para registrar perdas por redução no valor recuperável, a menos que a Instituição avalie não ser possível recuperar o montante devido; nesta ocasião, os montantes são considerados irrecuperáveis e são registrados contra o ativo financeiro diretamente.

De forma geral, a FSFX mitiga seus riscos de créditos pela prestação de serviços a uma base de clientes dispersa e sem concentração definida. Para os clientes inadimplentes, cancela os planos de acordo com as regras da ANS.

Aplicações Financeiras

A FSFX limita sua exposição a riscos de crédito ao investir em sua maioria em aplicações de renda fixa. A administração monitora ativamente as classificações de créditos e, uma vez que a FSFX tenha investido, em sua maioria em ativos de renda fixa, aquela não espera que nenhuma contraparte falhe em cumprir com suas obrigações. As aplicações financeiras são concentradas em títulos públicos e bancos de primeira linha, classificadas, em sua maioria em A, pelas principais agências de "rating".

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2019 e o Relatório dos Auditores Independentes

A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

Contrapartes	Saldo	FITCH	S&P
Banco Bradesco S.A.	71.560	AAA	AAA
Banco Cooperativo do Brasil S.A	5.049	AA-	AAA
Banco do Brasil	19.251	AA	BB-
Banco Industrial e Comercial S.A.	3.674	BBB+	BB-
Banco Indusval S.A.	3.390	BBB+	BB-
Banco Mercantil do Brasil S.A.	5.957	BBB+	BBB
Banco Safra	21.928	AAA	AAA
Banco Santander	106.830	AAA	AAA
Caixa Econômica Federal	69.601	AA	AAA
Itaú Unibanco S.A.	53	AAA	AAA
XP Investimentos S.A	14.185	AA	AA

IV. Risco de liquidez

É o risco de a FSFX encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da FSFX na administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da FSFX.

Para administrar a liquidez do caixa são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de operações financeiras da FSFX. A FSFX possui controle dos projetos e aplicações financeiras para gerenciar os saldos líquidos suficientes para honrar seus compromissos, sendo o risco de liquidez considerado pela administração como pouco relevante frente à gestão dos recebimentos. Em geral, a FSFX não recorre a empréstimos bancários para suprir seu fluxo de caixa.

Ao compararmos o ativo circulante com o passivo circulante, percebe-se a liquidez corrente em 3,25 (ativo circulante em R\$ 393.336 e passivo circulante em R\$ 121.044) e liquidez imediata de 0,78 (disponível em R\$ 93.846 e passivo circulante em R\$ 121.044).

V. Gestão de capital

Os objetivos da FSFX ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da FSFX para oferecer benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Em 31 de dezembro de 2019, a FSFX possui, aproximadamente, 44% do seu ativo total registrado como caixa e equivalente de caixa e aplicações financeiras.

31. Evento Subsequente

A FSFX, diante do cenário de crise mundial ocasionado pela Pandemia do Coronavírus/COVID19, vem unindo esforços para enfrentamento dos impactos econômicos, financeiros, sociais que estão por vir, além de se estruturar e ampliar sua capacidade instalada de suas Unidades Hospitalares para atendimentos aos doentes que venham a precisar de atendimentos médicos ambulatoriais, internação e UTI, ocasionados pela Pandemia.

Para isto, investimentos emergenciais em estrutura estão sendo feitos, ampliação dos estoques para minimizar riscos de falta de insumos hospitalares, reorganização das equipes assistenciais com foco na garantia do atendimento ao paciente.

Também é esperada uma redução das receitas oriundas dos atendimentos eletivos hospitalares, que estão fechados em função da necessidade do distanciamento social, aumento da inadimplência e redução da carteira de clientes da Operadora de Planos de Saúde e demais serviços ofertados, em função da retração econômica que está por vir.

Em contra partida neste primeiro momento o sinistro do Plano de Saúde tende a ser contido pela ausência de ofertas de serviços de saúde, tal cenário pode ser alterado se a Pandemia se alastrar em grandes proporções junto aos beneficiários, ou seja, os cenários ainda são bem indefinidos.

Considerando que a FSFX possui capital de giro e que seus controles e ações de contenções de despesas estão sendo contínuos neste momento, acreditamos que conseguiremos passar por esta crise mantendo a sustentabilidade financeira e fazendo os ajustes de percurso necessários, conforme novos cenários se concretizem e confirmem a necessidade de novas medidas protetivas.

Por último, embora seja previsto algum impacto nas receitas, custos, ativos e passivos, face à atividade da fundação, acreditamos que não serão materiais, de toda sorte ainda não se é possível estimar eventuais ajustes sobre estas demonstrações financeiras.

Salomão Maciel Dias Ferreira

Diretor Presidente

Romolo Gonçalves de Paula

Diretor Financeiro

Kariny Cristina da Paula

CRC 090134/O-8